

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 516
24 de Novembro de 1983

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



No Rossio, em Lisboa...



... em Setúbal...



... na Marinha Grande...



... na Amadora e em muitos outros pontos do País os trabalhadores aderiram em massa ao apelo da CGTP/IN

JORNADA NACIONAL REAFIRMA

NÃO AO ROUBO DO 13.º MÊS

Pág. 7

ORÇAMENTO DO ESTADO NA ASSEMBLEIA

A POLÍTICA DE MISÉRIA DO GOVERNO

Grupo parlamentar do PCP denuncia o carácter anti-popular e antinacional do Orçamento apresentado por Soares e Mota Pinto. Pág. 3



A TRAGÉDIA DAS CHEIAS EXIGE SOLIDARIEDADE E MEDIDAS CONCRETAS

• Nota da Comissão Política do CC do PCP

1

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 21 de Novembro de 1983, analisou a situação e os problemas criados pelo temporal dos últimos dias.

2

O quadro, agora mais perfeitamente conhecido, do número de mortos e de pessoas desaparecidas e dos elevadíssimos prejuízos e estragos causados, tanto no plano social como económico, pelas chuvas torrenciais e pelas inundações, designadamente na área da grande Lisboa, do vale do Tejo e do distrito de Setúbal revela uma situação de considerável gravidade que justifica a maior preocupação e impõe a necessidade de um adequado programa de emergência.

3

Entre as consequências desta calamidade avulta a difícil situação em que se encontram milhares de famílias que perderam as suas degradadas habitações e outros haveres, os enormes estragos causados em estradas, nos caminhos-de-ferro,

em transportes e comunicações, nos sistemas de abastecimento de água e energia, os prejuízos infligidos a explorações agrícolas e empresas comerciais e industriais, a grave danificação e destruição de equipamento e outro património de autarquias das zonas mais atingidas.

4

Neste sentido, é necessário não apenas assegurar a resposta pronta às situações e problemas mais imediatos, mas também que sejam tomadas as decisões tendentes a permitir que sejam enfrentadas e minoradas as graves consequências das inundações.

É designadamente imperioso que as autarquias das zonas atingidas sejam dotadas extraordinariamente pelo Governo dos meios técnicos e recursos financeiros indispensáveis para poderem dar resposta às novas necessidades e maiores responsabilidades que lhes estão criadas pelos gravíssimos problemas decorrentes do temporal.

De igual modo, assume grande importância a abertura de linhas especiais de crédito e o estabelecimento de financia-

mentos e sistemas de indemnizações com vista à solução de carências de alojamento de famílias vítimas de inundações e desabamentos e em apoio a actividades económicas atingidas.

5

Seria inadmissível e intolerável que, como aconteceu após anteriores calamidades, passados os momentos de maior emoção, as entidades oficiais e designadamente os departamentos governamentais arrastassem durante meses e meses, por vezes até ao completo esquecimento, a adopção das medidas essenciais para a reparação dos prejuízos e para a solução dos problemas das populações atingidas.

6

Renovando a sua inteira solidariedade para com as populações vítimas das inundações e das cheias, o PCP exorta todos os seus militantes e eleitos locais para que prossigam activamente com a dedicada colaboração que têm prestado às acções de emergência em curso.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
PORTO - 15 a 18 de DEZEMBRO - 1983

NUMEROSAS PROPOSTAS CONFIRMAM A AMPLITUDE DO DEBATE DAS TESES EM TODA A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

Págs. centrais

SEMANA

16 Quarta-feira



Os representantes do PS e do PSD na comissão parlamentar de administração interna boicotam a criação do município de Vizela ao impedirem o adiamento por tempo ilimitado da votação na AR da lei-quadro de criação de municípios; em Vizela a população manifesta-se disposta a retomar a luta pelas suas pretensões ■ O Governador Civil do Porto, do PS, proibe a votação para a formação do sindicato da PSP, considerando o acto ilegal ■ Chuva intensa na região de Lisboa provoca inundações ■ Estudantes do concelho de Loures, acompanhados dos professores, encarregados da educação e eleitos de autarquias, efectuam uma marcha até ao Ministério da Educação para chamar a atenção sobre os problemas escolares no concelho, onde foram recebidos por um contingente da PSP e uma secretária de Estado ■ O MDP/CDE anuncia a realização de jornadas de formação profissional, em Lisboa, nos dias 26 e 27 do corrente ■ A NATO recusa-se a tomar posição sobre a situação em Chipre, afirmando que o assunto não é da sua competência ■ Berlinguer, secretário-geral do PCI, afirma que a maioria do povo italiano está contra a instalação dos euromísseis.

17 Quinta-feira



Realiza-se em todo o País uma jornada nacional de protesto contra o roubo do 13.º mês e a política do Governo PS/PSD ■ O Governo aprova a criação de três novas políticas de informação e apresenta o projecto de Lei da Imprensa que impõe restrições à liberdade de informação ■ O ministro guineense da Economia anuncia que estão em fase final as negociações entre a Guiné-Bissau e um consórcio de 4 companhias petrolíferas para a concessão e exploração de petróleo naquele país ■ Avião francês bombardeia o Líbano em retaliação contra o atentado que vitimou 58 soldados franceses em Beirute ■ O «Pravda» recomenda aos membros do PCUS que sejam mais críticos e intransigentes face à «incúria, ao formalismo e a outros fenómenos negativos da vida social-soviética» ■ A Rádio Guliana informa que continuam a registar-se confrontos entre soldados norte-americanos e residentes de Granada em vários pontos da ilha.

18 Sexta-feira

A CGTP-IN denuncia a escandalosa discriminação praticada pela RTP que apenas concedeu um minuto de noticiário à jornada nacional de protesto que mobilizou mais de um milhão de trabalhadores ■ José Niza, administrador da RTP e dirigente do PS, manda passar uma reprensão registada à atriz Maria do Céu Guerra por esta ter dedicado a actuação de «Maria Parda» ao povo de Granada no decorrer de um programa televisivo ■ Jalma Gama propõe na Cidade da Praia a institucionalização do «diálogo tricontinental» entre os sete países de língua oficial portuguesa ■ Organizações fascistas espanholas pedem ao governo para se manifestarem em Madrid no dia 27, oitavo aniversário da morte de Franco ■ É anunciada a decisão do governo boliviano de proceder a uma desvalorização em 150 por cento do peso em relação ao dólar, que deverá ser acompanhada de uma revalorização dos salários.

19 Sábado



Sete mortos, vários desaparecidos, centenas de pessoas desalojadas, estragos incalculáveis em bens públicos e privados, tal é o balanço do temporal que fustigou a região de Lisboa ■ Após uma semana de luta contra o pagamento do imposto extraordinário de 28 por cento, e na sequência das promessas e garantias dadas pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, os sindicatos dos pescadores do distrito do Porto decidiram suspender temporariamente a greve ■ Mário Cal Brandão, dirigente do PS e actual Governador Civil do Porto proíbe uma concentração marcada para contestar os brutais aumentos da electricidade ■ Perante a iminência de uma possível agressão norte-americana, o governo da Nicarágua mobilizou toda a população para «reforçar a defesa militar da revolução e organizar a batalha para a colheita do café» ■ Cerca de um milhão de pessoas participam numa manifestação em Santiago convocada pelas forças democráticas chilenas, contra a ditadura fascista de Pinochet.

20 Domingo

À medida que vão sendo colhidas informações sobre as inundações que assolam a região de Lisboa aumentam as proporções da tragédia que provocou milhares de desalojados, estradas cortadas e pontes abitadas, vítimas e incalculáveis prejuízos materiais ■ Contando com a presença de médicos, enfermeiros, dietistas, assistentes sociais e outros trabalhadores do sector decorre em Évora o 4.º Encontro Nacional das Comissões de Base da Saúde ■ Trabalhadores da Sorefame mostram-se dispostos a endurecer as formas de luta para receberem os salários em atraso e obterem garantias de que serão mantidos os postos de trabalho ■ No mesmo dia em que Portugal condena a «política racista e agressiva da África do Sul», de acordo com o comunicado final da visita do ministro português dos Negócios Estrangeiros a Cabo Verde, é anunciada em Lisboa a próxima visita a Portugal do seu homólogo sul-africano ■ O presidente soviético Yuri Andrópov acusa o Ocidente de ser o responsável pelo impasse nas negociações de Genebra ■ Avião israelense lança ataque contra montes libaneses a leste de Beirute, tendo um deles sido abatido pela anti-aérea.

21 Segunda-feira

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Krus Abecassis, recusa-se a receber os presidentes das Juntas de Freguesia de Marvila, Beato, Carnide, Charneca, Ameloixeira, Alcântara, Ajuda, S. Miguel, S. Estêvão e outras. Estes autarcas pretendiam apenas entregar ao presidente da CM um levantamento exaustivo das consequências das inundações naquelas zonas da cidade ■ Inicia-se no Peru uma greve de trabalhadores de vários sectores de actividade com vista à greve geral no país. Entre os sectores já paralisados, contam-se os transportes de passageiros e mercadorias, médicos e Ministério da Justiça.

22 Terça-feira

A redução cega e brutal do défice orçamental baseia-se no agravamento das injustiças fiscais e sociais no desemprego, na miséria, na recessão económica — denuncia firmemente o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República ■ Segundo os presidentes das Câmaras Municipais de Alenquer, Azambuja, Amadora, Vila Franca de Xira, Sobral de M. Agraço e Loures, reunidos na CM de Loures, o Serviço Nacional de Protecção Civil falhou completamente a sua acção, uma vez que não dispunha de um mínimo de meios humanos e materiais face à gravidade da situação criada com as cheias que se fizeram sentir com gravidade naqueles concelhos ■ O Presidente da República exonera o general Garcia dos Santos do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército ■ O Parlamento da Alemanha Federal aprova, por maioria, a instalação no seu território dos novos mísseis norte-americanos Pershing-II e Cruise.

Editorial

CALAMIDADE NATURAL CALAMITOSO GOVERNO

O País acaba de viver, vive ainda, horas de angústia. Zonas de grande densidade populacional duramente atingidas pela tempestade. Vidas ceifadas. Milhares de famílias sem lar vivendo o drama pungente do desalojamento.

Bens, particularmente de gente modesta, tragados na voragem. Culturas inteiras destruídas. Cabeças de gado levadas pela enxurrada. Vias de comunicação arrazadas. Transportes suprimidos ou desorganizados.

Prejuízos de monta, de valor ainda incalculável, deixaram numa situação precária centenas de agricultores, de pequenos e médios comerciantes e industriais. Empresas, algumas de razoável dimensão, ficaram inoperantes por não se saber quanto tempo; máquinas e aparelhos, alguns de alta vitalidade, inutilizados para sempre ou de difícil recuperação. Morte, ruína e miséria — eis o trágico balanço destes dias.

É ainda imprevisível se as coisas vão ficar ou não por aqui, se o drama vai ou não continuar. De qualquer forma é uma chaga em aberto.

Trata-se evidentemente de uma catástrofe natural, com todas as suas causas cósmicas e consequências, num domínio que escapa por enquanto à vontade dos homens.

Mas trata-se também de uma rude adversidade de dimensões nacionais, mais ou menos localmente sofrida, que coloca aos portugueses imediatas tarefas de solidariedade humana, de reconstrução dos bens destruídos, de mobilização de recursos, de adopção de medidas urgentes de carácter social e financeiro destinadas a conjurar os danos causados, e de outras ainda de mais fundo que os previnam no futuro.

Questões que os acontecimentos do último fim-de-semana colocam com força, interrogações escaldantes a que se impõe responder, podem assim formular-se:

Porquê as catástrofes naturais que tão duramente nos têm afectado, em particular na última década, produziram danos materiais e humanos de tanta envergadura?

Por outro lado, e relativamente à que nos assolou nos últimos dias, está o nosso povo em condições de levar a bom termo tão ingente e urgente tarefa nacional com o Governo que temos à frente do País e a sua antipopular política?

Não é nosso objectivo fazer aqui a crónica dos dias sombrios que acabamos de viver. Já foi feita, pouco mais haveria a dizer.

Mas às questões aqui colocadas deve dar-se uma resposta cabal, devem equacionar-se no contexto político que vivemos e cada vez mais se impõe alterar de raiz. Sem isso não colheremos as necessárias lições da prática e da vida.

A catástrofe do último fim-de-semana põe em relevo a inépcia, a incúria, a incapacidade, a inoperância e imprevidência dos múltiplos governos que se têm sucedido nos últimos oito anos e o carácter atrabilhário de uma política anti-social, virada contra os interesses primordiais do povo.

E ilumina a uma viva luz o Governo actual Soares/Mota Pinto como um modelo acabado de todo isso.

Problemas agudos como os da habitação, em que avulta o das barracas, dos baldios de lata e da construção clandestina; como os do ordenamento urbanístico e ecológico de defesa do meio ambiente; como os das necessárias grandes e pequenas obras de regularização dos caudais, e, no plano administrativo, os da autonomia, revigora-

ramento e meios técnicos e financeiros do Poder Local, vieram de novo a lume na grave catástrofe que se abateu principalmente sobre a região da Grande Lisboa mas se alargou a outras zonas do País.

Tal como o organismo debilitado pela doença, com as defesas enfraquecidas, Portugal tem estado à mercê e sofrido estragos e danos em situações de calamidade natural, como a do último fim-de-semana, que não atingiram os níveis trágicos que têm atingido se os problemas atrás referidos tivessem encontrado a atenção, as soluções e o trato adequados por parte do Poder Central.

O comportamento do Governo Soares/Mota Pinto do PS e do PSD é lapidário.

O Governo não tomou nenhuma medida de emergência que a magnitude da situação reclamava com rapidez e endossava às suas atribuições. Enquadrado necessariamente numa mobilização mais geral de recursos materiais e humanos, como é bem de ver, mas sob a iniciativa responsável do Executivo.

Em vez das medidas urgentes e atinentes à gravidade da situação criada a populações inteiras, o Governo — e pessoalmente o Primeiro-Ministro — preferiram fazer «marketing» político, com viagens — fachada de helicópteros, cobertura televisiva e pequenas cortes de lugares-tenentes.

Inversamente, o silêncio da comunicação social do Estado sobre as movimentações do Presidente da República é significativo.

Soares deslocou-se a várias zonas sinistradas. Foi sobretudo para se mostrar e não para tomar medidas e responder a obsidiantes questões de natureza presente que lhe eram colocadas pelas populações e representantes do Poder Local. Respondeu frequentemente com inadmissível arrogância às queixas e críticas populares.

Esta sua atitude face à gravidade dos danos causados pela Intempérie tornou ainda mais evidente o divórcio do Governo Soares/Mota Pinto relativamente aos problemas cruciais do povo e o carácter nefasto da sua política financeira, nomeadamente no capítulo das finanças locais.

O não cumprimento da Lei das Finanças Locais privou de milhões de contos as autarquias do País.

O Distrito de Lisboa, agora duramente atingido pela catástrofe, foi privado de ano passado de mais de 8 milhões e 100 mil contos e as transferências para o Orçamento do Estado que este ano foram de 6 475 697 contos subirão apenas em 84 para 6 972 968 contos. Isto é, um acréscimo de 8% quando os encargos subiram numa escala muito mais vasta.

Concelhos como Loures, que em 1983 teve um corte de mais de 1 milhão de contos, e cujas transferências para o OE haviam sido de 811 mil contos, tem para 1984 apenas mais 34 000 contos nas transferências orçamentais.

No Distrito de Santarém com uma dotação a menos de 3 milhões e 300 mil contos e uma transferência orçamental em 1983 de 2,8 milhões de contos, tem para 1984 apenas mais 5% de dotação. O concelho de Coruche, um dos mais afectados pela última catástrofe, recebe apenas mais 10 mil contos em 1984.

Se tivermos em conta que os danos causados ascenderam a milhões de contos (Torres Vedras considera necessária uma verba de 2 milhões para a reconstrução), ficar-se-á com uma exacta ideia da magnitude do problema.

PCP

Saudação ao PC Jordano

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Jordano a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 2.º Congresso do Partido Comunista Jordano, e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e os trabalhadores do vosso país. Aproveita a ocasião para vos saudar do mesmo modo pela passagem do 40.º Aniversário da fundação do vosso partido.

O PCP é solidário com a vossa luta em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores da Jordânia, pela liberdade, a democracia, a paz, contra o imperialismo, o sionismo e a reacção árabe.

A situação internacional agravou-se extraordinariamente nos últimos anos. O imperialismo e, em primeiro lugar, o imperialismo norte-americano, procura por todos os meios travar o avanço das lutas libertadoras dos trabalhadores e dos povos e reconquistar a supremacia militar para tentar, de novo, ditar o curso dos acontecimentos a nível internacional.

A Administração Reagan lança uma desenfreada escalada na corrida aos armamentos, assumindo particular gravidade, no momento actual, a planeada instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance na Europa. Generaliza as ingerências, agressões e intervenções armadas contra países soberanos e povos em luta pela sua libertação nacional e social, do que é testemunho recente a brutal invasão de Granada.

Esta política agressiva e belicista é particularmente sensível no Médio Oriente. Enquanto prossegue a ocupação sionista do Sul do Líbano e a crescente intervenção directa do imperialismo norte-americano na região, avolumam-se os perigos de uma vasta agressão israelo-norte-americana visando a resistência palestina, as forças democráticas e progressistas do Líbano, a Síria, todas as forças patrióticas e progressistas do mundo árabe. Os recentes e graves acontecimentos na parte norte do Chipre, ocupada pelas tropas turcas, são mais uma comprovação desta política. Mas a contra-ofensiva do imperialismo não é um sinal de fortalecimento mas do enfraquecimento das suas posições. Ela choca-se com a realidade e a política de paz da URSS e dos países socialistas, a luta da classe operária dos países capitalistas, a luta do movimento de libertação nacional, a acção dos países progressistas. Ela encontra pela frente uma vasta e crescente oposição dos trabalhadores e dos povos, de onde sobressai um imponente movimento de massas pela defesa da paz, pelo desarmamento nuclear e o desanuviamento.

O PCP considera que as forças do progresso social e da paz, se unidas, estão em condições de derrotar os planos belicistas do imperialismo, defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo de emancipação dos trabalhadores e dos povos. Neste sentido, o PCP considera essencial o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, assim como o reforço da amizade e solidariedade recíproca entre todas as forças revolucionárias à escala mundial.

Queridos Camaradas,

Reafirmando a sua solidariedade para com a vossa luta, o PCP expressa também a sua convicção de que apenas será possível alcançar uma paz justa e duradoura na região do Médio Oriente com a retirada das tropas de ocupação sionista do Sul do Líbano e dos restantes territórios árabes ocupados desde 1967, e com o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, dirigido pela OLP, incluindo o direito ao estabelecimento de um Estado palestino independente.

Ao transmitir ao 2.º Congresso do PCJ as saudações e os votos de grandes êxitos na luta dos comunistas da Jordânia, o PCP exprime a vontade de reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre os dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e no interesse dos dois povos e países e da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

Viva o 2.º Congresso do Partido Comunista Jordano!
Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Jordano!
Viva o internacionalismo proletário!

Entrevista com A. Cunhal

Na entrevista com Alvaro Cunhal publicada no «Avante!» da passada semana (págs. 2 e 3 do Suplemento) regista-se uma graha tipográfica que decerto foi facilmente identificada pelos leitores, mas cuja rectificação, de qualquer modo, aqui fica: na pág. 2, coluna do meio, ponto 8, onde está capacidade deverá ler-se, obviamente, incapacidade.

Nacional

Mulheres do Porto e idosos de Lisboa em protestos na rua

Realiza-se hoje, pelas 18 horas, na Praça da Liberdade, no Porto, uma concentração de mulheres contra a carestia de vida.

No manifesto convocatório da concentração, as Comissões Unitárias das Mulheres do Distrito do Porto, que convocam esta realização, afirma-se nomeadamente: «Todas as mulheres devem fazer ouvir na rua o seu protesto, a sua revolta, de forma a chegar bem aos ouvidos do Governo de Mário Soares e Mota Pinto. Esta batalha contra a carestia é nossa, é de quem tem estes problemas no dia-a-dia, é de quem se sente pelos seus».

O aumento do preço das tarifas de electricidade vai ser, sem dúvida, nesta concentração, um dos maiores motivos de contestação.

Quanto aos reformados e idosos de Lisboa, é o MURPI que lança um apelo para uma concentração amanhã, cerca das 15 e 30, junto à Assembleia da República, com o objectivo de reclamar uma audiência coincidente com a discussão do Orçamento do Estado. Será, afirmam, a afirmação do descontentamento dos reformados em relação à política do actual Governo e contra o «retrocesso ao miserável passado», com reformas cada vez mais escassas perante um brutal aumento do custo de vida que o Governo se prepara para intensificar.

O MURPI chama a atenção para o facto de a dívida do patronato à Segurança Social, que já ascende a 65 milhões de contos, «continuar a aumentar a uma média de um milhão de contos por mês», e para a redução real da verba correspondente prevista no OE, numa política de agravamento das condições de vida, que só a luta de trabalhadores no activo e reformados pode fazer retroceder.

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico

Uma iniciativa de edições **Avante!** e Editorial Progresso



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOSI!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º. 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CGL Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26381

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 993906/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 768402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776396/776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Dépósito legal n.º 205 82

Tragem do mês de Outubro 44 167

Assembleia da República

Opções do Plano e Orçamento
O ministro não pensa e não presta

Sob o signo da água, começou na passada segunda-feira a apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1984.

Com o ministro Ernâni Lopes a dar o tom, o Governo defendeu-se mal. Logo de entrada, o discurso do responsável da política económica e financeira do Governo foi abundante em lugares comuns, em contradições.

Uma chuva de perguntas

As bancadas da oposição não deixaram de criticar a política que transparece dos dois diplomas apresentados à Assembleia.

Carlos Carvalhas acentuou que a política de recessão foi confirmada pelo ministro que

primento é patente». O parecer considera ainda «manifestamente insuficientes as dotações atribuídas e, consequentemente, impeditivas da prossecução dos objectivos anunciados» e, por outro lado manifesta reservas sérias em relação ao futuro da Agricultura e das Pescas...

Pedindo esclarecimentos, Octávio Teixeira acusou o Governo de optar por uma «certa justiça fiscal», aumentando os impostos que mais directamente sobrecarregam os trabalhadores.

Ilda Figueiredo assinalou que as GOP's reconhecem que muitos rendimentos há em Portugal ao nível mínimo de subsistência e que, no entanto, se aponta para o aumento de quebras desse mínimo, sublinhando as consequências previstas do aumento forte do desemprego - 700 mil desempregados.

Rogério de Brito, por seu lado, chamou a atenção para o facto de ter sido a agricultura colocada em situação de subalteridade.

Uma tirada deste ministro que se declarou «reverente» à Assembleia e que não resistiu em contar: tanto foi acusado de ser esta a «sua» política, e de ser o ministro a pensar, e de não pensar!

Uma seca de respostas

Ernâni foi um ás nas respostas: não respondeu a nenhuma pergunta. Apenas pretendeu defender-se das críticas e das acusações.

«O objectivo final do Governo», disse o deputado, «não é a redução do défice externo, nem o desenvolvimento, mas sim a liquidação das empresas nacionalizadas e a Reforma Agrária, a liquidação da pequena e média empresa que seja estorvo à acumulação e reconstrução dos monopólios.»

No dia seguinte, Magalhães Mota, deu o mote da ASDI, numa intervenção de cariz tecnocrático, considerando correcta a política avançada pelo Governo e anunciando que é favorável à mesma.

postas (uma grande seca), iniciaram-se as várias intervenções de fundo. Deputados e membros do Governo subiram sucessivamente à tribuna para o debate na generalidade, durante segunda e terça.

Helena Cidade Moura, do MDP proferiu um discurso de carácter geral sobre a política do Governo e os seus malefícios, afirmando que o Executivo mandara fechar o País para obras.

Soares da Costa falou e pouco disse. O ministro do Mar inscreveu-se para falar e não compareceu.

As intervenções na generalidade, vindas da bancada comunista e de que publicamos excertos, foram as mais críticas à política anunciada pelos dois diplomas em discussão.

«O objectivo final do Governo», disse o deputado, «não é a redução do défice externo, nem o desenvolvimento, mas sim a liquidação das empresas nacionalizadas e a Reforma Agrária, a liquidação da pequena e média empresa que seja estorvo à acumulação e reconstrução dos monopólios.»

Almeida Santos veio em sombrero do ausente Ernâni. Com o curioso sentido das desproporções que possui, não reparando que o Governo desrespeitava a Assembleia, «preferindo» a tribuna da TV, descul-

As cheias
Propostas de resolução
— remediar e prevenir

Antes de se entrar propriamente na Ordem do Dia — para apreciar o Orçamento de Estado —, o Presidente da Assembleia deu conta das visitas que efectuou a concelhos afectados pelas cheias na região de Lisboa, dos problemas com que deparou, das preocupações que populações e autarcas lhe colocaram.

Os partidos, a começar pelo PCP, congratularam-se pela iniciativa do Presidente da Assembleia da República. O PS, por seu lado, fez questão, através das palavras de José Luis Nunes, de sublinhar que o Governo tomara as medidas adequadas e que é ao Governo que compete canalizar o esforço no combate à situação...

Silva Graça, do PCP, anunciou entretanto uma proposta de resolução apresentada nesse momento à AR e que aqui publicamos na íntegra:

Os temporais e as grandes chuvadas que têm fustigado toda a zona da Grande Lisboa e os concelhos limítrofes (particularmente Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Oeiras, Lisboa, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, entre outros do Distrito de Lisboa), concelhos dos distritos de Setúbal e de Santarém, que já provocaram mais de dez mortos e um número ainda desconhecido de desaparecidos, graves inundações em vilas e cidades destes distritos, com o cortejo infelizmente habitual de dramas de toda a ordem (mais de 2 mil pessoas desalojadas, perda total de haveres em centenas de lares, pequenos comerciantes despojados dos seus bens e mercadorias, prédios em ruína que ameaçam desabar a todo o momento, muros de suporte destruídos, vias de comunicação cortadas, graves danos de pavimentos, instalações industriais afectadas) tudo isto trazendo a desolação e a miséria a milhares de portugueses, obriga a que a Assembleia da República tome a seguinte resolução:

- 1. É criada uma Comissão Eventual de Solidariedade e Apoio às vítimas das cheias e temporais.
2. Compete a esta Comissão, em colaboração com o Governo e as autarquias das áreas atingidas, estudar, propor e acompanhar as medidas adequadas à preparação e atenuação dos danos.
3. Compete ainda a esta Comissão fazer o estudo das medidas a adoptar, designadamente no plano legislativo, com vista a prevenir e enfrentar as consequências inerentes a quedas fluviais anormais e outros cataclismos.
4. A Comissão será constituída e funcionará nos termos aplicáveis da Constituição da República e do Regimento da Assembleia da República, tendo em vista o carácter de urgência da situação e os objectivos apontados.

o curioso sentido das desproporções que possui, não reparando que o Governo desrespeitava a Assembleia, «preferindo» a tribuna da TV, descul-

Carlos Carvalhas:
«Um debate duplamente limitado»

A intervenção do sr. ministro das Finanças agora produzida confirma cabalmente que este debate se encontra duplamente limitado à partida:

Em primeiro lugar, por que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado aqui apresentados foram previamente ajustados, determinados e impostos pelo FMI, tendo o acordo passado completamente à margem desta Assembleia. O Governo jogou mais uma vez na política do facto consumado.

A segunda limitação decorre da composição, natureza e postura do Governo, que, apostado numa política desastrosa, faz orelhas moucas a todas as denúncias e propostas alternativas concretas, como as apresentadas por nós durante a recente interpelação. Ainda há momentos ouvimos o Governo repetir mais uma vez o seu grande argumento: «é assim, porque tem que ser assim, há-de ser assim porque esta escolha é a melhor».

Mas lá fora o país real tem outro pulsar: o das falências, o do aumento do desemprego, o dos 117 mil, trabalhadores sem salário, o da fome, da injustiça salarial e do marasmo económico (...)

As Grandes Opções, srs. deputados, tiveram as severas críticas de todos os parceiros sociais representados no CNP e, pela primeira vez na história desta Assembleia, mereceram por unanimidade apreciações largamente negativas de Comissões Parlamentares especializadas.

Estas «Grandes Opções» para um país atrasado e cada vez mais distanciado dos países industrializados, apresenta como valores a atingir em 1984, para o investimento, (FBCF) moia essencial do desenvolvimento menos 25,6% para o sector P. Administrativo; menos 16,1% para o sector

empresarial do Estado e menos 3,5% para o sector privado!!!

É a recessão, as falências em cadeia, o desemprego em massa e a centralização de capital (...)

Também o sr. Primeiro-Ministro, enquanto se afunda a economia, vai proclamando sorridente, aos quatro ventos, que a redução do défice da BTC vai ser superior à que o FMI tinha imposto, escamoteando até que tal resultado já se verificava e antevia no primeiro semestre para o qual o seu governo em nada contribuiu... Só que a redução do défice externo pela diminuição da produção não só é «sol de pouca dura», como enreda ainda mais a nossa economia, tal como vem sucedendo, nos círculos viciosos dos arranques e travagens que paralizam o processo produtivo condenando o País a uma recessão indeterminada. E não é tendencial sr. ministro.

Ora a travagem do crescimento (que aliás não se confunde com a recessão) só se poderá eventualmente justificar em países desenvolvidos, com amplas reservas, boa base produtiva, seguro contra o desemprego, para passar à produção intensiva à autorização e à produção dos meios da segunda etapa da revolução científica e técnica.

No estadió de economias como a nossa, para se vencer o atraso e reduzir o défice, é necessário uma política de dinamização da produção, de desenvolvimento científico e técnico sendo tanto ou mais importante do que criar novas estruturas, aproveitar as existentes.

A isto o Governo replica que não se pode aumentar a produção porque isso implicaria o aumento das importações. Diz: «isto é um profundo disparate!»



Octávio Teixeira:
«Há limites para a miséria!»

No Orçamento para 1984 apenas existe uma preocupação, erigida a objectivo único do Governo: a redução cega e brutal do défice orçamental assente no agravamento das injustiças fiscal e social, do desemprego, da miséria, da recessão económica.

O Governo recusa qualquer combate ao esbanjamento de capitais, às transferências ilícitas para o estrangeiro, à fraude e à evasão fiscais, nega-se a cortar as benesses fiscais e financeiras ao capital, lança-se desalmadamente na amputação geral dos rendimentos populares e na redução das dotações para despesas de natureza social, trava drasticamente investimentos absolutamente necessários ao País (...)

O caso do imposto profissional é bem significativo. O Governo afirma expressamente que em 1984 os salários reais registarão nova e acentuada quebra e que o emprego diminuirá. E, mesmo assim, não tem qualquer pudor em pretender que a receita do imposto profissional aumente 27%!

Mais: informações adicionais prestadas pelo Governo à Comissão de Economia, Finanças e Plano mostram que o Governo prevê que a receita do im-

posto profissional aumente a uma taxa quase dupla da taxa de crescimento nominal da massa salarial! Em contraste, é inversa a evolução prevista para o imposto sobre lucros.

Por outro lado, as acentuadas diminuições reais previstas para as receitas dos impostos aduaneiros e do imposto de transacções, não só desmentem a demagogia do pretensão combate à fraude e evasão fiscais, como confirmam o agravamento da situação actual.

Por outro lado em nome de uma cega política recessiva o Governo reduz em mais de 25% os investimentos do Estado, em áreas de componente importada, reduzida e de grande importância, quer do ponto de vista económico, quer da perspectiva da diminuição do desemprego, quer para a melhoria das condições de vida dos portugueses. Os exemplos da Habitação e Equipamento Social, e da Agricultura e Florestas, não sendo únicos, são exemplos gritantes e inaceitáveis desta desastrosa política (...)

O Governo, optou em confusão com o FMI, pela redução brutal do défice global, acompanhada da recessão

económica. No imediato o Governo pode reduzir o défice (à custa dos trabalhadores e outras camadas laboriosas). Mas a prazo, e qualquer que seja o governo, não é possível continuar a aumentar os impostos sobre os que trabalham, nem continuar a diminuir drasticamente as despesas sociais. Há

limites para a miséria, sr. ministro das Finanças!

Como a política recessiva reduz a própria capacidade de o Estado obter novas receitas fiscais, a curto prazo surgirá novo agravamento do défice. É mais um círculo vicioso em que a política de direita vai enredando o País. (...)

Margarida Tengarrinha:
«Criticamos a miopia política»

A gravíssima crise económica que vivemos e particularmente a dependência externa em produtos alimentares quando dispomos de reconhecidos recursos e potencialidades naturais, são fortíssimas razões para que a agricultura portuguesa seja chamada a constituir um dos factores determinantes para a saída da crise e o desenvolvimento económico do País.

Mas para tal seria necessário que o Orçamento traduzisse esta perspectiva.

Ora, não o faz. E, pelo contrário, as retrações orçamentais reflectem uma total falta de perspectivas, comprometendo seriamente o futuro da agricultura. Neste Orçamento, ela nem é tratada em pé de igualdade com outros sectores.

Os cortes em investimentos virados para a produção, se de momento e aparentemente podem diminuir o défice do Orçamento de Estado, acabarão necessariamente por provocar aumentos dos défices nacionais (défice da produção em relação ao consumo, défice da balança comercial, etc.) e do próprio défice de futuros Orçamentos de Estado, na medida em que diminuirão as suas fontes de receitas reais.

Defendemos, como muito mais racional, a implementação de investimentos produtivos e que, não só não têm pratica-

mente componente importada, como permitiriam poupar milhões de contos em divisas, substituindo importações por produção nacional.

Neste sentido, criticamos veementemente a miopia que levou ao corte de grandes projectos nacionais como o Alqueva e as obras complementares do Plano de Rega do Alentejo, o Plano Nacional da Água que constava do Programa do Governo e o projecto da beterraba sacarina, entre outros. Este último não avançou porque se chocava frontalmente com os interesses dos grupos monopolistas nacionais e internacionais que exploravam as grandes plantações de cana em Angola e Moçambique, está agora congelado em função das negociações para a adesão ao Mercado Comum, pelo que continuamos a importar 100% do açúcar que consumimos e pagamos ao preço mais caro da Europa. (...)

Dias Lourenço sobre a «MDF»

A situação actual é a seguinte:

A Administração da MDF não pagou ainda o subsídio de férias de 1983 a 83% dos trabalhadores.

Desde Abril os salários têm sido pagos com grandes atrasos mas do salário de Setembro somente foram pagas uma primeira prestação de 5 mil escudos em 21 de Outubro, uma 2.ª prestação igualmente de 5 mil escudos nos primeiros dias de Novembro e falam agora em pagar (hoje) uma 3.ª prestação de 5 mil escudos.

Concretamente os trabalhadores receberam apenas 15 contos do mês de Setembro, que para todos está ainda por pagar, e estão desde então sem receber quaisquer outras quantias.

Além disso foram-lhes suprimidas algumas importantes regalias cuja supressão lhes agrava ainda mais a difícil situação.

Em 6 de Outubro foram suprimidos: o complemento do subsídio de doença; o prémio de assiduidade; o fundo de assistência para eventuais necessidades; o pagamento legal do tempo de greve.

A Administração passou

Ilda Figueiredo:
«Um milhão no desemprego»

Quando se sabe que Portugal é o país da Europa com mais baixo rendimento «per capita», quando não se desconhece que os diferentes sectores de actividade económica desde a agricultura e pescas, à construção civil, passando pelo comércio e certos ramos da indústria se encontram numa conjuntura negativa, com quebras de produção e consequentes agravamentos de níveis de desemprego, apresentar como objectivo para o próximo ano a diminuição da produção nacional em 1,4% acompanhado de enormes cortes orçamentais nos investimentos públicos e privados, nas verbas para a agricultura, construção civil e obras públicas, habitação e indústria, é condenar o País à dependência externa em bens essenciais e desprezar as riquezas nacionais, os recursos disponíveis, nomeadamente os recursos colossais que são cerca de 500 mil trabalhadores desempregados com a sua capacidade e energia criadora que pode (e devia estar) ao serviço do desenvolvimento económico e social do País.

A concretização de tais propostas iria implicar que no próximo ano o desemprego ultrapassasse os 700 mil desempregados, ou seja, atingisse 17% da população activa, tornando assim Portugal dramaticamente o campeão do desemprego na Europa. Entretanto o Orçamento do Estado pre-

o que se tratava de uma série de entrevistas a líderes parlamentares. Ernâni será o líder do «bloco central» finalmente encontrado?

isto significa que neste momento cerca de 1 milhão de trabalhadores portugueses, na sua maioria jovens e mulheres, mas também já muitos homens, ou está no desemprego ou vive na insegurança dum contrato a prazo, dum trabalho incerto, o que facilita, por um lado o aumento da repressão e exploração dos trabalhadores (a que o Governo chama) «acréscimos de produtividade» e por outro a reconstrução das grandes fortunas e grupos económicos, a acumulação capitalista (...)



A segunda: Que o Governo demita a actual Administração e nomeie outra, ou

A terceira: Que seja decretada a falência da empresa. No último dia 15 estava convocada uma Assembleia Geral dos accionistas da MDF de que se previam consequências das mais graves para o futuro da empresa e da situação dos trabalhadores. (...)

O Governo PS/PSD, empenhado na guerra social contra os trabalhadores na sua política de recuperação capitalista, pode encerrar com a sua comprovada indiferença e incuria a situação da MDF. Pode mesmo fazer humor com a situação vizinha da miséria dos seus 2500 trabalhadores como fez há alguns dias por ocasião da discussão da proposta de lei de emergência do PCP nesta Assembleia para pagamento dos salários em atraso para 125 mil trabalhadores.

Mas isso não o libará das acusações que aqui lhe são feitas de não providenciar como pode e deve na superação da grave situação da MDF, isso não o libará das responsabilidades pelo que possa vir a acontecer aos seus 2500 trabalhadores e às suas famílias.

A primeira: Que o Governo dê à MDF condições de sobrevivência, ou

Quem acredita no PS/Mário Soares?

Nos últimos dias da semana passada, o interesse do que aconteceu na Assembleia foi o que lá não aconteceu. Perdoe o leitor o aparente paradoxo. É que é apenas aparente. Com efeito, aparte um projecto do CDS sobre segurança social cuja votação acabou por ser invalidada por falta de quorum, nenhuma outra iniciativa legislativa foi apreciada. As atenções do hemiciclo centraram-se pois no período de antes da Ordem do Dia. António Dias Lourenço, da bancada comunista, foi à tribuna proferir uma intervenção de que publicamos excertos sobre a situação na Metalúrgica Duarte Ferreira e os problemas criados aos trabalhadores pela política do Governo. A essa mesma hora, por todo o país os trabalhadores

realizavam uma jornada de luta contra essa mesma política. No dia seguinte, as atenções iriam para o requerimento que faria adiar a votação da lei-quadro dos municípios, com a finalidade de impedir a concretização da subida de Vizela a concelho.

Quanto a este último caso, escandaloso embora, não espantou ninguém dentro da Assembleia a reviravolta do PS. Silva Graça, deputado comunista, afirmou mesmo que o escândalo «vem confirmar tudo aquilo que temos dito sobre as falsas promessas e responde à questão de quem desestabiliza a situação política e social não são os trabalhadores nem as populações mas o Governo e a maioria que o apóia».

O deputado comunista lembrou — os deputados do PCP não se têm cansado de lembrar as palavras dos responsáveis do Partido Socialista dirigido por Mário Soares! — que em 19 de Outubro passado, Carlos Lage garantiu que «o Partido Socialista assume o compromisso formal e inequívoco que ao fim dessas três semanas o diploma virá ao plenário da AR para ser aprovado e votado. Mais do que isso: se houver dilatações — que sabemos que não vão existir —, se houver pouco zelo da Comissão de Administração Interna e do Poder Local em concluir este trabalho na especialidade, o Grupo Parlamentar do PS fixará um Ordem de Trabalhos (...) para que este processo

seja concluído ao fim de três semanas».

Silva Graça recordou mais palavras de Carlos Lage: «Não pretendemos que esta proposta de lei caia numa espécie de pantano como muitas vezes tem acontecido». «Qualquer especulação que possa surgir não tem fundamento e ver-se-á, daqui a três semanas, que assim é e que o Partido Socialista cumpre este compromisso como vai cumprir outros apesar das reticências e das críticas que aqui nos têm sido formuladas».

Viu-se. Viu-se que as «especulações» não o eram. Que as críticas tinham razão de ser. Que as promessas deste PS, por mais formais, solenes e vementes, não têm valor algum. Que as garantias do PS não

garantem nada ou garantem o contrário.

Silva Graça extraiu as conclusões: que as promessas do PS/Mário Soares valem o que valem, ou seja, não valem nada; que quem desestabiliza a situação política e social do nosso país é o Governo e os partidos que o apoiam; que o mínimo que os dois ministros, Almeida Santos e Eduardo Pereira, envolvidos directamente nesta manobra dilatória e nesta demagogia desenfreada, poderão fazer é pedir a sua demissão imediata. Mas a vergonha também não é um dos fortes deste Governo e desta maioria. Vizela que aguarda. Portugal que espera. Ou então que se corra rapidamente com o Governo como cada vez mais portugueses exigem.

PCP

Reuniões, plenários e assembleias preparam em todo o País o X Congresso

- milhares de militantes empenhados num intenso, activo e participativo

Hoje

Leiria — Reunião da célula dos metalúrgicos das oficinas e garagens, às 19 horas; reunião de reformados, às 21 horas.

Marinha Grande — Reunião da célula da CIVE, às 21 e 30; reunião da célula dos professores e intelectuais, na Marinha Grande, às 21 e 30.

Vila da Feira (Aveiro) — Reunião do executivo da Comissão Concelhia da Feira, no CT, às 21 e 30.

Oliveira de Azeméis — Reunião das organizações de freguesia de Fajões e Cesar.

Amanhã (6.-feira)

Lisboa — reuniões das células do BTA e da Caixa Geral de Depósitos, ambas no CT do Chiado às 17 e 30; da Carris, no CT Vitória, às 19 horas; da Transtejo, no CT de Alfama, às 18 e 30; da SIP/DORL, no CT Vitória, às 21 horas; do BESCL, no CT Vitória, às 17 e 30; das freguesias de **Sé, Santiago, S. Miguel, S. Estevão** (CT de Alfama) e **Santos-o-Velho** (CT de Santos), todos às 21 horas; do organismo de deficientes visuais no CT Vitória, às 20 e 30; da freguesia do **Campo Grande**, no CT da António Serpa, às 21 e 30; da célula da **Fonseca e Seabra**, no CT Vitória, às 18 e 30; reunião das células da **Aliança, Regina, Sidul e Águia**, no CT de Alcântara, às 18 e 30; da célula da **Papelaria Fernandes**, no CT dos Gráficos, às 19 horas; da **AIL, MDM, Ajudantes de Farmácia, SIP/CLL, Despachantes e PME's**, no CT Vitória, às 21 horas; reunião de delegados de Informação Médica da área da ORL, no CT Vitória, às 21 e 30.

Tramagal — reunião de militantes no Tramagal.

Alcanena — reunião de militantes na Louriceira.

Ferreira do Zêzere — plenário de militantes.

Coruche — reunião de militantes em Santana do Mato.

Muge — reunião geral de militantes.

Figueira da Foz — plenário em S. Julião, no CT da Figueira da Foz, às 15 e 30.

Cantanhede — reunião da organização de Anã, às 21 horas.

Montemor-o-Velho — reunião da organização de Perelra do Campo, às 21 horas.

Condeixa — reunião da organização de Sobreiro/Avenal, às 20 e 30.

Tortosendo (concelho da Covilhã) — reunião da organização de Tortosendo, no CT local, às 21 horas.

Covilhã — reuniões de professores, funcionários públicos, empregados e trabalhadores bancários da Covilhã, no CT do Partido, às 21 horas; reunião da organização de **Unhais**, na cantina da Escola, às 21 horas.

Faro — reunião da Comissão de Freguesia da Concelção, às 21 e 30.

Aljezur — reunião geral de militantes em Odeáxere, às 21 horas.

Lagos — reunião das células das conservas e C. civil, às 21 horas.

Monchique — reunião da organização de Monchique, no CT, às 21 e 30.

Olhão — reunião da organização de Quelfes, às 21 horas.

Portimão — reuniões de trabalhadores comunistas dos serviços, hotelaria, intelectuais e técnicos, às 21 horas.

Silves — reunião da organização da freguesia de Silves, às 21 horas.

Tavira — reunião do sector de serviços, às 16 horas.

Vila Real de S. António — reunião geral de militantes no Sindicato das Conservas, às 21 e 30.

Coimbra — Reunião das células da **Centralcer e Triunfo**, no CT de Coimbra, às 18 horas; reunião do **sector bancário e seguros**, às 20 e 30; reunião da organização da freguesia de **Torres do Mondego**, às 21 horas; reunião da organização da freguesia de **Santa Clara**, às 21 e 30; reunião do organismo de **professores**, no CT de Coimbra, às 21 e 30; reuniões das freguesias de **Sé Nova, Almedina e S. Bartolomeu**, no Ateneu de Coimbra, às 21 e 30; reunião das freguesias do **Ameal e Arzila**, em Ameal, às 21 e 30.

Braga — Reunião da organização de **Maximinos**, no Centro de Trabalho de Braga, às 21 horas.

Amares — Reunião na escola primária de Amares, às 21 e 30.

Arcos de Valdevez — Reunião da organização de Arcos de Valdevez, às 21 e 30.

Paredes de Coura — Reunião da organização, no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.

Foz Côa (Distrito da Guarda) — Reunião concelhia, no salão da Junta de Freguesia, às 21 horas.

Setúbal — Plenário da organização da freguesia de **S. Lourenço**; plenários da freguesia de **S. Simão** e da célula da **Rodoviária Nacional**.

Almada — Reunião dos sectores de pintura e plano inclinado do Arsenal do Alfeite; reunião dos sectores de construção naval do Arsenal; plenário da organização da freguesia de **Almada**; plenário da organização local dos **Caranguejais/Mutela** (Cova da Piedade); reunião da SIP/Cova da Piedade.

Baixa da Banheira (Moita) — Plenário na Cooperativa de Consumo Banheirense.

Seixal — Plenário da célula da Siderurgia Nacional, às 18 horas.

Sines — Reunião da organização local de S. André.

Santiago do Cacém — Plenário das células da **Cooperativa 25 de Abril** e **Casas Novas**, às 16 horas; plenário da organização da freguesia de **Santa Cruz**, às 21 horas; plenário da organização local de **Leça de Palmeira**, na escola preparatória, às 21 e 30.

Porto — Reunião da organização do **Cerco do Porto**, na escola, às 21 e 30; reunião da organização da **Foz**, na Junta, às 21 e 30.

V. Nova de Gaia — Assembleia da organização de **S. Félix da Marinha**, na Junta de Freguesia, às 21 e 30.

Matosinhos — Assembleia de freguesia de **Matosinhos**, zonas de **Cruz de Pau, Biquinha, Carcavelos, Tarrafal, BPM, Sendim e Leveduras-Fermentos**, no CT de Matosinhos, às 21 e 30; assembleia da organização de **Leça de Palmeira**, na escola preparatória, às 21 e 30.

Leiria — Reunião no lugar de **Macerinha**, às 21 horas.

Alcobaça — Reunião de delegados sindicais comunistas, às 21 horas; reunião no lugar de **Pisões** (Pataias), às 21 horas.

Caldas da Rainha — Reunião do **sector metalúrgico**, às 21 e 30.

Alvaiázere — Reunião geral de militantes, às 21 horas.

Sábado (dia 26)

Lisboa — Reunião da célula da **ANA**, no CT da António Serpa, às 15 horas; reunião das freguesias de **S. Francisco Xavier e Bairro do Restelo**, no CT de Belém, às 16 horas; da freguesia de **Benfica e Bairro da Boavista**, no CT de Benfica, às 15 horas; da **Hotelaria**, no CT Vitória, às 15 e 30; da freguesia do **Beato**, no CT local, às 15 horas; da freguesia dos **Olivais**, na Escola Preparatória Fernando Pessoa, às 14 e 30; da célula da **CML**, no CT Vitória, às 15 horas; do **sector automóvel**, no CT Vitória, às 15 e 30.

Almada — Plenário descentralizado da freguesia da **Trafaria**; reunião com a população da **Costa da Caparica**, no CT do Partido, às 16 horas.

Seixal — Reunião da organização da freguesia de **Paio Pires**, às 15.30 h, no CT de Paio Pires; reunião da organização local do **Casal do Marco**, às 15.30 h no CT de Paio Pires; reunião da organização da freguesia do **Seixal**, às 15.30 h no CT do Seixal; plenário da célula da **Central**, às 15 h no CT da Torre da Marinha; plenário da célula da **Idelma**, às 15.30 h no CT da Torre da Marinha; plenário da organização do sector de **Lanifícios**, às 15.30 h no CT da Torre da Marinha; plenário da célula da **W. Werner**, às 15.30 h no CT da Torre da Marinha; reunião dos comunistas da **Renata**, às 15.30 h no CT da Torre da Marinha.

Gouveia (Guarda) — Plenário concelhio, no CT de Gouveia, às 15 horas.

F. Castelo Rodrigo — Reunião de camaradas de Figueira e Almeida, às 16 horas.

Sabugal — Reunião das comissões de freguesia de **Castelheiro e Bendada**, às 21 horas.

Seia — Magusto-convívio em Loriga, às 15 horas.

Fundão — Plenário no Fundão, no CT, às 16 horas.

Covilhã — Reunião das células das empresas do **sector têxtil** da Covilhã, no CT, às 15 horas; reunião dos comunistas da **Aldeia do Carvalho**, na escola primária, às 21 horas; reunião da organização de **Teixoso**, no CT, às 15 horas.

Figueira da Foz — Plenário do sector de transportes e de camaradas ligados a cooperativas, no CT da Figueira, às 15 horas.

Cantanhede — Reunião da organização da freguesia de Cantanhede, às 21 horas.

Condeixa — Reunião na freguesia de **Zambujal**, às 20 horas.

Soure — Reunião na freguesia de **Figueiró do Campo**, às 20 horas.

Coimbra — Plenário da Comissão Concelhia de Coimbra, no CT, às 10 horas; plenário na freguesia de **Almalaguês**, às 21 horas.

Faro — Reunião das células das **Torres Pinto, Carmo e Brás, Petragal, BP, Cavan e C. Civil**, às 15 horas; escritórios, bancários, comerciantes, Saúde, Segurança Social/SMS, professores, técnicos e FP, às 16 horas; ferroviários, CTT, TAP/ANA, Serviços Municipalizados, metalúrgicos, rodoviários, células da **Cervisol, Cible e vidreiros químicos**, às 21 horas.

V. Real de S. António — Reunião nas Hortas, na C. Moradores, às 21 e 30.

Tavira — Reunião geral em Tavira, no CT, às 21 horas; reunião em **Luz de Tavira**, às 15 e 30.

Silves — Reunião em **Algoz**, às 21 horas.

Lagoa — Reunião das freguesias de **Estombar e Ferragudo**, no CT de Lagoa, às 15 horas.

Lagos — Reunião de empregados, pescadores e «diversos» e da **Meia Praia**, às 21 horas.

Loulé — Reunião em **Almansil**, às 17 horas.

Olhão — Reunião de comerciantes, metalúrgicos, químicos e c. civil, às 16 horas.

Portimão — Reunião de conserveiros, pescadores e trabalhadores dos **Serviços Municipalizados**, às 16 horas; metalúrgicos, rodoviários, ferroviários e células da **Júdice Fialho** e da **Mexilhoeira Grande**, às 17 horas.

Ponte de Lima (Viana do Castelo) — Reunião da organização, às 21 e 30.

Valença — Reunião da organização, às 21 e 30.

Viana do Castelo — Reunião da organização de **Darque**, na sede da Junta, às 21 e 30; reunião da organização da **Meadela**, na sede da Comissão de Moradores, às 21 e 30.

Óbidos (Distrito de Leiria) — reunião geral de militantes em Óbidos, às 21 horas.

Pombal — reunião geral de militantes, às 21 horas.

Leiria — reunião geral de militantes em Leiria, às 21 horas.

Peniche — reunião das células da **Lota, Fruto de Abril e Lota dos Pescadores**, em Peniche, às 15 e 30.

Alcobaça — reunião de **comerciantes comunistas** em Alcobaça, às 17 e 30.

Bombarral — reunião dos comunistas do lugar de **S. Mateus**, às 20 horas.

Figueiró dos Vinhos — reunião geral de militantes em Figueiró dos Vinhos, às 21 horas.

Pataias — reunião dos comunistas do lugar da **Moita** às 21 horas.

Aveiro — plenário distrital de membros do Partido no movimento sindical unitário, em Aveiro, às 10 horas.

Ovar — reunião distrital de **mulheres** no CT de Ovar, às 15 horas; plenário da célula da **Rabor**, no CT de Ovar, às 21 e 30.

Feira — reunião da organização de **Escapães**, no CT da Feira, às 21 e 30; reunião dos comunistas de **S. João de Vêr**, no CT da Feira, às 21 e 30.

Espinho — plenário concelhio de militantes comunistas no CT de Espinho, às 21 e 30.

S. João da Madeira — reunião do organismo de **Santinhos**, no CT de S. João da Madeira, às 21 horas.

Ílhavo — plenário de militantes de **Ílhavo/Vagos**, no CT de Ílhavo, às 21 e 30.

Vale de Cambra — plenário de militantes da Freguesia da Casa do Povo, às 21 horas.

Vila Nova de Gaia — assembleia da organização de **S. Marinha**, na Tuna Musical, às 9 e 30; assembleia da organização de **Canidelo**, na A. Moradores de S. Paio/Canidelo, às 21 e 30; assembleia da organização de **Canelas**, na Junta de Freguesia, às 21 e 30; assembleia da organização da **Madalena**, na escola preparatória, às 21 e 30.

Porto — reunião da organização das **Antas**, às 21 e 30; da **Construção Civil**, no CT da Boavista; da **Vitória**, no CT das **Trinhas**; do **Bonfim**, no CT da D. João IV, às 15 e 30; da **Celina**, na Junta de Freguesia, às 15 e 30; do **organismo intermunicipal** escola do **Falcão**, às 15 horas; assembleia dos **bancários**, na Rua do Almada, às 15 horas; reuniões da célula da **Petrogala Cooperativa do Povo Português**, às 15 horas; e dos **SMGE, B e SMAS**, na mesma Cooperativa, às 10 horas.

Valongo — assembleia da célula da **Uniteca**, no CT de Valongo, às 15 horas.

Paredes — assembleia da organização das freguesias **de Vila, Cete e Parada** de Todeia, no CT de Paredes, às 15 horas.

Matosinhos — assembleia das organizações da **Senhora da Hora**, no CT, às 21 horas; de **Custóias**, no CT, às 15 horas; de **Perafita e Lavra** e célula da **Jomar**, na escola velha de Penafiel, às 21 e 30.

Penafiel — reunião da organização da cidade e **Recreio**, na escola primária n.º 3, às 15 horas.

Braga — Reunião da célula da **Grundig**, no CT de Braga, às 15 horas; reunião das organizações de **Lomar, Lamas, Figueiró S. Vicente de Penso, S. Estevão de Penso, Esporões, Estaleiros, Oliveira, S. Pedro e Guizande**, na escola primária de Penso, às 15 horas; reunião das organizações de **Dume, Palmeira, Marfá, S. Lucrécia, Crespos, Pousada e Gualtar**, no CT de Braga, às 21 horas.

Riba d'Ave — Reunião das células da **Sampalo Ferreira** e **Oliveira Ferreira**, na Junta de Riba d'Ave, às 16 e 30.

Esposende — Reunião da organização de **Esposende**, na escola primária de Fão, às 21 e 30.

Celorico de Basto — Reunião da organização de **Coelho** de Basto, na escola primária, às 15 horas.

V. Nova de Famalicão — Reunião da organização da vila, no CT, às 15 horas.

Guimarães — Reunião da organização das **Talpas** e **Alfa**, no ciclo preparatório das Talpas, às 15 horas.

Constância (Distrito de Santarém) — Reunião de militantes em **Montalvo**.

Almeirim — Reunião de militantes das **Fazendas** em Raposo.

Alpiarça — Reunião de trabalhadores comunistas das **UCP's/Cooperativas**.

Chamusca — Reunião de militantes na **Chamusca** e **Vale de Cavalos**.

Coruche — Reuniões em **Varejola, Vila do Corpo** e **Fajarda**.

Rio Maior — Reunião geral de militantes de **Rio Maior**.

Marinhais (Salvaterra de Magos) — Reunião de militantes de **Marinhais**, na escola primária, às 20 e 30 (apelo à participação de camaradas naturais de **Marinhais**, residentes noutras freguesias, nomeadamente Lisboa e V. Franca).

Domingo (dia 27)

Faro — Reunião de **reformados e sectores diversos**, às 15 horas.

Aljezur — Reunião geral de militantes em **Maria Vinagre**, às 16 e 30; reunião de reformados, domésticas, comerciantes e camponeses, às 15 horas.

Loulé — Almoço-convívio no CT da **Quarteira**, às 13 horas.

Silves — Reuniões nas freguesias de **Messa** e **S. Marcos, Alcantarilha** (15.30) e **Armação de Póvo** (17.30).

S. Brás — Reunião no CT de S. Brás, às 16 horas.

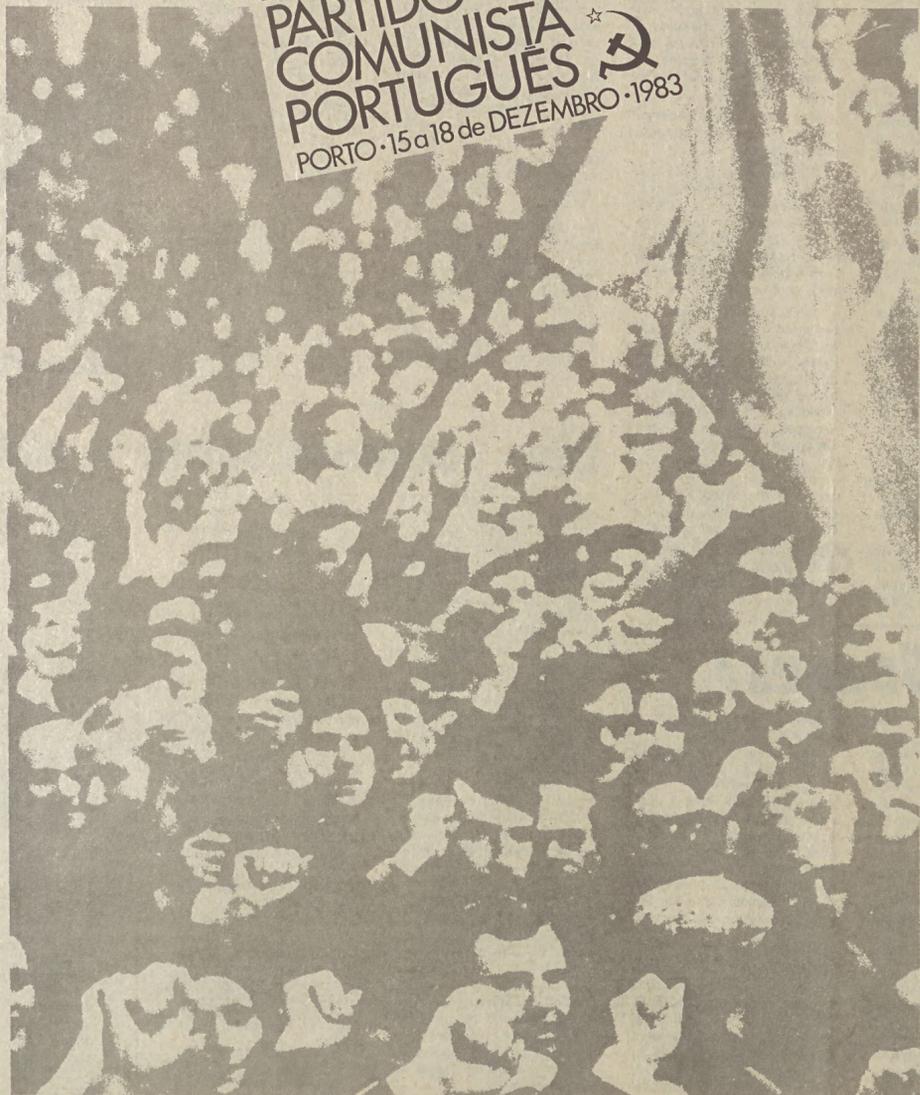
V. Real de S. António — Reunião em **Monte Gordo**, cinema, às 15 horas.

Figueira da Foz — Plenário de **pescadores**, no CT do Trabalho da Figueira, às 20 horas.

Covilhã — Reunião de **mulheres comunistas** no CT de Covilhã, às 15 horas.

Trancoso (Guarda) — Magusto-convívio em **Trancoso**, às 15 horas.

X CONGRESSO
PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS
PORTO · 15 a 18 de DEZEMBRO · 1983



do PCP

trabalho político

Seia — Magusto-convívio e plenário no CT de Seia, às 15 horas.

Batalha (distrito de Leiria) — convívio na Batalha, às 16 horas.

Feira (distrito de Aveiro) — plenário de militantes comunistas na freguesia de Fiães, na escola do Inhecas, às 10 horas.

Aveiro — reuniões das células da Inacor e Corticeira Amorim, às 10 horas.

Batalha (distrito de Leiria) — convívio na Batalha, às 16 horas.

Caldas da Rainha — reunião da Comissão de Freguesia de Alvorinha, às 18 horas.

Peniche — reuniões das células da Igualdade, Rainha de Peniche e Rainha da Liberdade, às 10 horas; e das células da Congregação, Júdice Fialho, Berlema e Frigorífica, às 15 horas.

Bombarral — magusto-convívio no lugar de Barçaças (Delgada), às 17 e 30.

Lisboa — reuniões das células do Metro, no CT Vitória, às 18 horas; da EPAL, no CT de Alfama, às 18 e 30; e da EDP, no CT de Alfama, às 17 horas.

Loures — reunião da organização da freguesia de Lousa, no CT de Loures, às 15 horas.

Torres Vedras — reunião da organização da freguesia de Runa, às 17 horas; reunião da organização da freguesia dos Cunhados, no CT de Torres Vedras, às 15 horas.

Azambuja — reunião da organização de Quebradas, às 21 horas.

Lourinhã — reunião da organização de Reguengo Grande, às 21 horas.

Segunda-feira (dia 28)

Lisboa — reuniões das células do Metro, no CT de Sete Rios, às 18 e 30; da EDP, no CT de Alfama, às 18 horas; dos Transportes, no CT Vitória, às 18 e 30; das Agências de Navegação, no CT de Santos, às 18 e 30; Quadros Técnicos, no CT Vitória, às 21 horas; Segurança Social, no CT da Previdência, às 19 horas; e das freguesias da Graça e Anjos, no CT da Graça, às 21 horas.

Gouveia (distrito da Guarda) — reunião da organização de professores em Gouveia, no Centro de Trabalho do Partido, às 19 horas; reunião de reformados no CT de Gouveia, às 15 horas.

Fornos de Algodres — reunião da organização concelhia, às 15 horas.

Setúbal — reunião das organizações da Saúde e Professores, Centro de Trabalho de Setúbal, às 21 horas.

Porto dá o exemplo

Quota em dia até ao X Congresso

Se é verdade que a crise, que o Governo Mário Soares Mota Pinto agrava dia a dia, afecta muito em particular os trabalhadores e aqueles que em geral mais contribuem para o Partido, não é menos verdade que «crise» é coisa que não concebemos entrar no Partido.

O desenvolvimento da luta de massas, na qual o Partido desempenha um papel decisivo, o reforço do PCP e o trabalho preparatório ao X Congresso, são tarefas indissociáveis, cujo êxito passa também pela resolução de um problema para o qual teremos sempre de encontrar resposta: é o problema dos meios materiais e financeiros.

Os meios materiais de que o Partido necessita, todos o sabemos, resultam das contribuições dos militantes. Neste sentido, grandes esforços estão a ser desenvolvidos pelas organizações do Partido para a concretização da palavra de ordem: **quotas em dia até ao X Congresso.**

Mas para além das quotas, são indispensáveis outras contribuições quer dos militantes, quer dos simpatizantes e amigos do Partido. Assim, e como é já habitual nesta altura, tem lugar entre 1 e 15 de Novembro e 15 de Janeiro, uma grande recolha de fundos, na região da DORP.

Na justa repartição de esforços que vamos fazer para travar com êxito esta batalha de fundos, uma direcção de trabalho há que estar sempre presente: para um número crescente de pessoas reside no PCP a esperança de que as coisas mudem definitivamente para melhor — salientam os comunistas da região do Porto.

Serão Alentejano na Romeira

A Comissão de Fundos da organização da Romeira e a Comissão Concelhia de Almada realizam no próximo dia 10 de Dezembro (sábado) um **Serão Alentejano**, com entrada livre.

A iniciativa, que está a despertar grande entusiasmo no concelho, reunirá os seguintes corais alentejanos: Operários das Paivas, Eco do Alentejo e Amigos do Barreiro.

O Serão Alentejano integra-se na campanha de fundos que decorre no concelho de Almada.

Célula da OLM (Pinhal Novo) — a solidariedade dos trabalhadores

Integrado na preparação do X Congresso, a célula do PCP na empresa OLM, no Alto da Cascalheira, Pinhal Novo (Palmela), realizou uma **jornada de trabalho** no passado dia 12 de Novembro, das 12 às 18 horas, na qual participaram todos os trabalhadores e cujo salário reverte a favor dos fundos do Partido.

A jornada foi seguida de um almoço-convívio no qual esteve presente o camarada José Pedro Soares, da DORS e do Comité Central do PCP.

Sessão de Encerramento da IV Assembleia da Organização da 3.ª Zona do C.L.L. do PCP

DOMINGO, 27 NOVEMBRO
18 HORAS

ESCOLA
MANUEL DA MAIA

Intervenção de
OCTÁVIO PATO
MEMBRO DA C. POLÍTICA DO C.C. DO PCP

X CONGRESSO DO PCP
PORTO - 15 a 18 de DEZEMBRO - 1983
COM O PCP CONTINUAR ABRIL

Comité Local de Lisboa IV Assembleia da 3.ª Zona

A 3.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP leva a efeito no próximo domingo, dia 27, a IV Assembleia da sua Organização, com início às 10 horas na Escola Preparatória Manuel da Maia, a Campo d'Ouro.

Na ordem de trabalhos prevista para a Assembleia apontam-se quatro pontos fundamentais: «análise do trabalho realizado, discus-

são e aprovação do plano, objectivos da zona», «eleição do organismo de direcção de zona», «apresentação dos delegados ao X Congresso» e «encerramento com intervenção do camarada Octávio Pato», membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido. A sessão de encerramento está prevista para as 18 horas.

4.ª e 6.ª Zonas

Também a 4.ª e 6.ª zonas do Comité Local de Lisboa (CLL) realizam no próximo fim-de-semana assembleias de organização integradas na actividade preparatória do X Congresso do Partido.

Assim, os comunistas da 4.ª zona reúnem-se no sábado, a partir das 10 horas, na Junta de Freguesia de S. João (à Praça Paiva Couceiro).

Por seu turno, a 6.ª zona reúne domingo, dia 27, no Grupo Desportivo da Charneca (Campo das Amoreiras), também a partir das 10 horas.

O camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, participará nas duas assembleias.

Gamaradas falecidos

Joaquim Marques

pela Comissão Concelhia de Montemor, do PCP.

Com 71 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Joaquim Marques, militante do PCP desde os tempos do fascismo. A morte do prestigiado camarada foi comunicada ao «Avante!» pelo organismo de direcção da célula da Câmara Municipal de Lisboa, onde Joaquim Marques, entretanto reformado, trabalhou como mestre calceteiro.

Luís Oliveira

Com 76 anos, faleceu recentemente na vila de Montemor-o-Novo, onde era natural, o camarada Luís Mira de Oliveira.

Entrou para as fileiras do Partido durante o regime fascista, tendo estado preso vários meses nas cadeias salazaristas em 1945.

A morte do nosso camarada foi comunicada ao «Avante!»

José Rato

Vítima de doença, faleceu o nosso camarada José Fragoso Santos Rato, militante destacado da organização do Sobralinho (concelho de Vila Franca de Xira). Contava 63 anos e era operário da Empresa Nacional de Penteação de Lãs. O camarada José Fragoso, pessoa estimada pela população, foi um ciclista bem conhecido na região.

José Cataluna

Natural de Serpa, faleceu o militante comunista José Francisco Gonçalves Cataluna, de 37 anos. O camarada pertencia à organização de Moscavide, trabalhando na empresa C. Santos.

Célula da Quimigal 5.ª Assembleia reúne no Barreiro

«Reforçar a Organização, Defender Abril, Construir o Futuro» é o lema sob o qual se vai reunir, no próximo sábado, a 5.ª Assembleia da Célula da Quimigal do Partido Comunista Português. Esta importante realização que ocupará praticamente todo o dia — das 9.30 às 18 horas, terá lugar

na Casa da Cultura dos Trabalhadores daquela empresa, no Barreiro.

A Ordem de Trabalhos que será proposta aos delegados consta de três pontos: apreciação do relatório do secretariado cessante; eleição do novo secretariado da célula; votação das conclusões e encerramento.

A primeira hora será dedicada à eleição da mesa, à votação da Ordem de Trabalhos e à leitura do relatório do secretariado. Após um intervalo, os trabalhos serão retomados com as intervenções centrais e debate, seguindo-se novo intervalo para o almoço. Os debates continuam

depois encerrando-se com a eleição do novo secretariado.

Os delegados elegerão ainda os representantes da célula ao X Congresso após o que serão votadas as conclusões e será pronunciada uma intervenção final.

Freguesia da Parede Abre no domingo o novo Centro do Partido!

No próximo domingo, dia 27, será inaugurado um novo Centro de Trabalho do Partido. Local: freguesia da Parede, na linha do Estoril (concelho de Cascais).

Do programa organizado pelos camaradas da Parede para a jornada de inauguração constam, depois da alvorada de foguetes às 9 horas e do almoço-convívio

ao meio-dia e meio, um espectáculo, um comício com Carlos Brito, da Comissão Política do CC, e visita às instalações, durante a tarde.

O novo Centro de Trabalho do PCP localiza-se na Avenida dos Bombeiros Voluntários, 83 (frente à corporação de bombeiros) na Parede.

1.ª Assembleia da Portucel (Centro Fabril de Ródão)

A reestruturação e funcionamento da célula e a análise da situação das estruturas dos trabalhadores na empresa são os pontos da ordem de trabalhos proposta para a 1.ª Assembleia da Célula do PCP na Portucel — Centro Fabril de Ródão, que decorrerá no próximo sábado, dia 26, em Vila Velha de Ródão.

O início da Assembleia está marcado

para as 14 e 30, no Centro Recreativo, Desportivo e Cultural, no Porto do Tejo, aguardando-se a participação interessada de camaradas «que se distribuem por Vila Velha de Ródão, por Castelo Branco e por Nisa», como nos refere a organização do Partido.

No final dos trabalhos haverá um convívio.



O camarada Teodósio, do CC e da DORS, interveio no final dos trabalhos sobre a situação política actual. A 1.ª Assembleia, além de ter eleito a nova Comissão de Freguesia, elegeu também os delegados ao X Congresso do Partido

Reuniu pela primeira vez a Assembleia de Freguesia de S. Sebastião (Setúbal) do PCP

Nas instalações do Grupo Desportivo e Recreativo da Camarinha, decorada a sala para a realização, teve lugar no passado sábado à tarde a 1.ª Assembleia da Freguesia de S. Sebastião — concelho de Setúbal — do Partido Comunista Português. Cerca de duas centenas de delegados da maior organização do PCP no concelho encheram completamente a sala, vindos dos bairros e localidades mais variadas de uma freguesia que é a maior de Setúbal. A chuva que desde a véspera caía quase ininterruptamente e que, na madrugada seguinte, daria origem à maior cheia registada na cidade, não impediu uma participação significativa dos militantes nesta 1.ª Assembleia.

Passo importante no reforço

da organização do concelho a Assembleia da Freguesia de S. Sebastião é a primeira das assembleias de freguesia que o PCP leva a efeito em Setúbal, resultante de um trabalho preparatório em que participaram a Comissão de Freguesia e as organizações de bairro e locais. Constituída pelos militantes que não estão incluídos nas células de empresa e noutros sectores do Partido, a organização da freguesia conta com cerca de 900 membros, grande parte camaradas reformados, de origem operária, e mulheres. Essa composição social era aparente na sala onde também bastantes jovens se encontravam.

A mesa, composta pela Comissão de Freguesia cessante e presidida pelo camarada

Garcia, registando-se a presença do camarada Teodósio, da DORS e do CC, propôs uma ordem de trabalhos — balanço da organização, eleição da comissão de freguesia, X Congresso (Teses e eleição de delegados) e, finalmente, a situação política actual.

No primeiro ponto intervieram os camaradas com trabalhos elaborados sobre a organização. A camarada Lena traçou o panorama da organização da freguesia, apontando as insuficiências que ainda perduram e avançando propostas para o reforço do Partido.

O camarada Joaquim Bernardino falou sobre fundos, destacando a importância política da coligação e, ao mesmo tempo, sublinhou que outras iniciativas de recolha de fundos

devem ser organizadas a fim de prover às necessidades financeiras do PCP.

Alberto Araújo, o camarada que interveio a seguir, relatou o trabalho realizado na divulgação da imprensa do Partido, referindo por outro lado a importância da leitura do «Avante!», e de «O Militante» na elevação dos conhecimentos dos membros do PCP.

O camarada Silvestre abordou o tema das lutas de massas na área da Freguesia onde é intensa a vida social e onde a influência dos comunistas se reflecte na alta percentagem recolhida nas diversas eleições, quer autárquicas quer legislativas.

Por fim, o camarada Lança falou sobre o trabalho autárquico, sublinhando uma necessidade sentida por muitos dos moradores e que é a de nova divisão administrativa. Com efeito, tanto a extensão da Freguesia, como o número de eleitores recensados — cerca de 35 mil — aconselham nova divisão. Na sua intervenção, o camarada teceu crítica ao Governo pela falta de aplicação da Lei de Finanças Locais.

Registaram-se ainda outras intervenções nos debates. A camarada Antónia salientou a importância de os homens colaborarem e ajudarem as camaradas que preparam uma reunião de mulheres comunistas da Freguesia para o próximo dia 7 de Janeiro. O Presidente da Junta de Freguesia, camarada Matias, interveio também salientando a importância da organização do PCP na Freguesia para o reforço da intervenção dos comunistas no trabalho da autarquia.

Uma nova Comissão de Freguesia foi, depois, eleita por unanimidade. Seguidamente os militantes elegeram os 8 delegados ao X Congresso cuja importância foi salientada no final na intervenção do camarada Teodósio sobre a situação política actual.



Cacém

Os temporais que assolaram a região de Lisboa e que provocaram incalculáveis prejuízos em bens públicos e privados atingiram também, nalguns casos, o património do Partido. É o caso do Centro de Trabalho do Partido no Cacém cujo rés-do-chão ficou totalmente destruído. A sala dos Pioneiros, a sala de informação e propaganda, a banca, o bar e os respectivos recheios foram totalmente desfeitos pela força da água que irrompeu portas a dentro. Passada a tormenta, a hora é de meter mãos à obra! Para esse efeito foi já constituída uma comissão com vista a promover iniciativas e a recolher fundos e donativos que permitam a rápida reconstrução, reequipamento e total funcionamento daquele local de trabalho dos comunistas e outros democratas do Cacém.

Aqui fica, pois, o apelo à solidariedade. Com a nossa ajuda, vamos ajudar a reabrir o Centro de Trabalho do Cacém!

Poder local

Eleições suplementares

PS/PSD não olham a argumentos nem aos interesses das populações: trata-se de domesticar a vida autárquica

Nos próximos quatro domingos vão realizar-se eleições suplementares para vários órgãos autárquicos, de um modo geral em resultado de manobras antidemocráticas (chamemos-lhe golpes sem recio de ofender...) da actual coligação PS/PSD para tentar arrebatar maiorias e presidências que nenhum dos dois partidos conseguira obter em 13 de Dezembro passado. O processo seguido foi normalmente o do esvaziamento dos órgãos por demissões em bloco ou concertadas, depois devidamente avalizadas pelos governadores civis (da coligação...) sob pretextos que pouco diferem.

A manobra é claro que foi tentada em várias autarquias de maioria APU. Dos casos em apreço resultou unicamente em Monforte da Beira, a única freguesia do concelho de Castelo Branco presidida a partir de Dezembro pela APU, e posteriormente dirigida por uma comissão administrativa de que a APU, força maioritária, foi excluída. PS e AD, que começaram por aprovar com a APU e em aparente boa paz o Plano de Actividades da Junta, lançaram-se rapidamente ao boicote e viriam a demitir-se com um elaborado argumento: «desacordo com a política seguida pelo presidente da Junta» — que entretanto se esforçava unicamente por cumprir o Plano por todos aprovados...

Em disputa vão estar, pois, além de Monforte da Beira em 11 de Dezembro, as Assembleias de Freguesia de Freixianda (Vila Nova de Ourém-Santarém) já no próximo domingo, dia 27; de Lordosa (Viseu), em 4 de Dezembro; de Lagarteira (Ansião) em 18 do mesmo mês.

Para 8 de Janeiro estão marcadas as eleições em Santa Luzia, freguesia do concelho de Ourique — neste caso aparentemente com a pretensão de substituir um PS-de-recorso, anteriormente eleito, pelo PS-carioca da freguesia, em vão lançado em Dezembro como trunfo na corrida para a Câmara que a APU haveria de ganhar e reganhar. E por isto mesmo, porque apesar das dívidas herdadas, da falta de recursos e da despendurada protecção governamental que em contraste é dada aos «seus» (como ainda há pouco canalizando cerca de 30 mil contos para uma «comissão de melhoramentos de Santana da Serra» dirigida pelo ex-presidente da Câmara — por isso, porque quase um ano de gestão camarária da APU transformou a face do concelho e a ligação dos órgãos autárquicos à população, as eleições em Santa Luzia não serão o resultado de meros jogos caciquios mas a

eleições suplementares, em 18 de Dezembro — a coligação é aberta, cabendo embora ao PPD o primeiro lugar da lista PS/PPD que é uma das concorrentes. Foi o termo de um longo processo de negociação entre os parceiros (que parceiros, parceiros, cabeças de lista à parte...); se o PS detém a presidência da AM, que o PPD fique com a presidência da CM, não vá o diabo tecê-las... Outras listas concorrentes são a UDP, o CDS e a APU, que tem vindo a denunciar a conivência de CDS, PS e PPD, clara nos primeiros meses do mandato, em actos de corrupção e compadrio que todos apoiaram e que só há pouco mais de um mês levaram o PS a apresentar um pedido de sindicância e PS/PSD a renunciar aos mandatos (2+2) que detinham, deixando o CDS (ac-

contribuir para a solução dos problemas do Marco».

Marco de Canavezes é concelho do distrito do Porto, cidade de que aliás dista escassos 50 km, com cerca de 29 mil eleitores numa população que excede os 45 mil habitantes.

Monforte da Beira à beira da reposição da legalidade

O caso de Monforte da Beira, com eleições marcadas para 11 de Dezembro, é típico dos métodos dos partidos no Governo e de toda a direita para subtrair as autarquias a uma gestão democrática, que beneficie toda a população e a envolva na decisão e construção do seu próprio futuro. Única das 25 freguesias do concelho de Castelo Branco com

nia pelas duas restantes freguesias, já claramente aliadas, lançou-se com a população a cumprir-lo.

A freguesia conheceu em meia dúzia de meses progressos que 6 anos de PS na Junta jamais sequer acenaram: a colocação de postes de iluminação que fizeram de Monforte «uma das terras mais bem iluminadas do concelho», a limpeza dos fontanários, do Jardim do Largo da Misericórdia e do cemitério, onde foi construído um abrigo de apoio a velórios; arranjo dos caminhos em vários lugares; a luta junto da Câmara por um mercado mensal que finalmente em Setembro haveria de ser autorizado; o apoio em obras à Igreja.

Tudo isto só com a APU e o inestimável contributo da população — trabalho, materiais, terrenos —, porque o boicote começou muito cedo. O tesoureiro (do PSD), por exemplo, deixou de prestar contas, retinha os materiais recebidos da CM no seu quintal — e retinha até os cheques da CGD correspondentes às transferências de fundos da Câmara, impostos por lei.

Depois de se coligarem para impedir que outros eleitos da APU, além do presidente, pertencessem à Junta e à mesa da Assembleia de Freguesia, PSD, CDS e PS bem pressionaram para que João Nunes se demitisse. Acabaram eles por renunciar — eles e os seus suplentes —, primeiro a AD e logo a seguir o PS, invocando como fundamento que não concordavam com a política seguida pelo presidente da Junta. A Câmara, notificada da falta de quorum, apressou-se a nomear uma comissão administrativa de que lealmente excluiu a força maioritária — a APU (o que aliás seria motivo do recurso interposto pela APU).

Desta comissão administrativa, formada por 2 PS e 1 PSD, nasceria aliás a única lista que nas próximas eleições se oporá à APU; a lista do «PS», que se assim se prepara para «engolir» tudo o que de PSD e CDS existe em Monforte...

João Nunes, «um homem sério que já demonstrou com o seu trabalho que sabe resolver os problemas da freguesia» — será de novo em 11 de Dezembro o cabeça de lista da APU. Como se demonstra, só o reforço da votação na APU poderá permitir que o trabalho pela melhoria das condições de vida em Monforte prossiga.

Nacional



IV Encontro dos Pioneiros de Lisboa

Viver em Paz para crescer em Paz

Acontecimento importante para os Pioneiros de Portugal vai ser no próximo domingo a realização do seu IV Encontro Distrital de Lisboa. No Palácio Valenças, em Sintra, os pioneiros vão tentar dar vida ao lema que escolheram para este seu encontro: **viver em paz para crescer em paz**, palavra de ordem e objectivo de luta para milhões e milhões de homens e mulheres do mundo actual. As crianças e em primeiro lugar os pioneiros — «o Pioneiro que ama a Liberdade e a Paz, que ama as crianças e os povos do Mundo» — têm uma pa-

lavra a dizer, e assim o Encontro vai centrar-se numa Assembleia da Paz. Podem mesmo agir, e de forma simples e divertidas como tentaram demonstrar levando ao Palácio Valenças uma mostra dos utensílios de paz que foram capazes de fazer com brinquedos de guerra.

Depois da Assembleia, que decorre das 10 às 12 e 30, e antes de uma parte recreativa que anunciam como «surpresa» (e o que será?), há um almoço como é costume — e segundo o costume: cada um o seu e come de todos...

Por fim, o passeio que estava programado pela serra de Sintra vai mesmo realizar-se. E vai ser talvez, para além da alegria das corridas, do ar puro e das belas paisagens, a oportunidade de ver como as condições de vida difíceis a que tantas famílias ainda são forçadas podem transformar-se em tragédia numa noite de chuva e inundações... E não porque a natureza assim o quer — antes porque as riquezas que a partir dela o homem cria não servem afinal a Liberdade e a Paz de todos os homens.

Comissões de Base da Saúde

Evitar a doença é melhor do que tratá-la

Um importante diagnóstico à situação que se vive no domínio da saúde foi efectuado no último fim-de-semana na cidade de Évora no decorrer do 4.º Encontro Nacional das Comissões de Base da Saúde. Contando com a presença de médicos, enfermeiros, dietistas, assistentes sociais, elementos do movimento sindical e de um elevado número de assistentes que encheram praticamente o pavilhão do Rossio de S. Brás, o Encontro permitiu uma ampla troca de experiências entre os participantes e serviu como um alerta para os múltiplos casos que geram a situação deplorável actualmente existente no sector da saúde.

Elaboradas na base de dados recolhidos a partir de um inquérito efectuado a diversos níveis, as intervenções levadas ao Encontro mostraram a existência de muitas situações anómalas como seja, por exemplo, o aumento do número de médicos nos serviços de medicina privada, enquanto escasseiam nos municípios. Em contrapartida, outros trabalhadores da saúde (enfermeiros, radiologistas, preparadores de análises, fisioterapeutas), não têm mãos a medir, sendo insuficientes para fazer face às carências do País.

No que diz respeito aos hospitais concelhios, na sua grande maioria deixaram de ter urgências nas 24 horas diárias, havendo mesmo alguns que nem sequer estão em condições de prestar os primeiros socorros.

E quanto aos hospitais distritais? Bem, por aí as coisas não vão de facto melhores e também estes se vêem a braços com problemas de capacidade para responder às exigências crescentes das diversas especialidades e dos próprios serviços de urgência.

Mas não se fica por aqui o rol de problemas com que se debate a saúde dos portugueses. Vários oradores assinalaram as quebras drásticas verificadas na qualidade e quantidade dos serviços que competem aos Centros de Saúde (planeamento familiar, saúde materno-infantil, inspecções, rastreios, vacinações, etc.); na degradação generalizada dos serviços oficiais, designadamente na ausência de acções de promoção da saúde e prevenção da doença, ou na inviabilização de estruturas que de alguma ma-

neira pudessem ter a ver com o projecto contido no Serviço Nacional de Saúde.

Foram também analisadas pelos presentes, questões como o agravamento insustentável dos custos da doença; medicamentos e transportes difíceis e caríssimos; taxas sobre consultas, internamentos e análises; comparticipação do Estado insuficiente e atrasadíssima; constante e brutal aumento do custo de vida.

Considerando que a «luta pela saúde consiste principalmente em evitar a doença» e «é muito mais fácil evitar a doença do que tratá-la» — um dos médicos presentes chamou a atenção justamente para a importância da medicina preventiva, cujas medidas passavam, segundo indicou, por um «diagnóstico precoce, que é relativamente fácil de fazer com a inspecção médica; a vacinação; o saneamento básico; a higiene e segurança no trabalho; a higiene nos restaurantes e bares; habitações higiénicas; alimentação suficiente; reforma digna; e educação».

O Encontro realizado em Évora constituiu um novo testemunho do trabalho esforçado e muito positivo que as CBS têm vindo a desenvolver, superando deficiências que ao próprio Estado incumbiria colmatar.

Alcochete – IV Encontro da APU

Os eleitos e candidatos da APU para os órgãos autárquicos do Concelho e Freguesias de Alcochete realizaram no passado dia 20 o seu 4.º Encontro concelhio, no qual fizeram o balanço das actividades, a análise política, financeira e social que ali se vive e o planeamento da actividade a desenvolver em 1984.

Foram convidadas todas as organizações populares do Concelho, os militantes dos partidos que compõem a APU e todos os outros democratas eleitos por esta força.

No que respeita à análise da actividade desenvolvida, foi considerado que esta se inseriu no caminho de remodelação e adaptação progressiva das estruturas autárquicas às realidades do concelho e à prática da gestão racional, equilibrada e democrática. Considerou-se por outro lado a necessidade de aperfeiçoar a forma de funcionamento dos órgãos deliberativos, no sentido de os tornar mais operacionais.

No que se refere às actividades a desenvolver, o 4.º Encontro deu o seu apoio na generalidade de aos «Programas de Acções para 1984», considerando no

entanto necessária a adopção de mecanismos e práticas de consulta e informação que permitam o conhecimento atempado das questões e o debate o mais construtivo possível.

Concluiu-se ainda que a APU continuará, apesar das limitações impostas pela política do Poder Central, a trabalhar em conjunto com a população do concelho e as suas organizações, na resolução dos problemas.

Finalmente os participantes do 4.º Encontro analisaram a situação política, social e económica em geral, aprovaram uma moção em que são focados os aspectos ligados à degradação das finanças das autarquias imposta pelo novo «pacote autárquico» do Governo PS/PSD e ainda um documento em que se solidarizam com as populações atingidas pelas intempéries que assolaram o País, louvando a acção desenvolvida pelos BVA e pelas brigadas da CM de Alcochete, prometendo todo o esforço, dentro das limitações financeiras, humanas e técnicas da autarquia, na resolução das situações mais críticas.

Finanças Locais – que se cumpra a lei

Divulgadas as verbas previstas no OE para as autarquias, várias câmaras tomaram imediata posição de protesto e reivindicam que os termos da proposta sejam alterados e respeitadas a Lei das Finanças Locais.

Foi o caso das câmaras de Alpiarça, Benavente, Chamusca e Coruche, cujos presidentes, no final de uma reunião,

divulgaram uma posição conjunta: consideram eles que «a distribuição de verbas põe em causa a autonomia administrativa e financeira das autarquias consagrada na Constituição da República». Com os números divulgados, fizeram contas — e concluíram (as contas foram feitas pela CM de Alpiarça) que o total de transferências para o Distrito de Santarém corres-

Nazaré – um presidente do antigamente?

O caso foi então noticiado: na noite de 11 para 12, militantes do PCP que pintavam um mural alusivo ao X Congresso foram detidos pela PSP, por ordem do presidente da Câmara da Nazaré. Na esquadra foi-lhes comunicada a proibição total de pinturas de murais na

maioria APU, em plena terra beirã que a reacção sonhou que poderia ser seu eterno território, foi quase logo após a tomada de posse dos órgãos autárquicos considerada um espinho pela AD (com predomínio PSD) e pelo PS, que obtiveram em Dezembro 158 e 123 votos, respectivamente, contra os 224 votos que deram à APU a maioria, embora relativa. O Plano de actividades foi aprovado pelo executivo, e o presidente APU, João Nunes, embora colocado em estrita mi-

Nazaré, também emanada do presidente da Câmara.

Nota a Comissão Concelhia do PCP, em comunicado, o que esta atitude tem de prepotência e autoritarismo, atirando os ideais democráticos da maioria do povo da Nazaré e em especial daqueles que

Alqueva – tema para grande encontro

Reunida recentemente na Câmara Municipal de Moura, a Comissão de Defesa do Alqueva decidiu lançar um grande encontro com todos os interessados na defesa do empreendimento, sob o tema «O empreendimento do Alqueva e o desenvolvimento económico do País».

Foi decidido convidar para fazer parte da Comissão Organizadora todas as estruturas e individualidades mais envolvidas no projecto, quer nacionais quer estrangeiras.

Foi decidido ainda solicitar uma entrevista ao ministro das Obras Públicas e realizar proximamente uma conferência de imprensa na Casa do Alentejo em Lisboa.

A Comissão de Defesa do Alqueva volta a reunir-se no próximo dia 8 de Dezembro, de novo na Câmara Municipal de Moura.

Trabalhadores

ENCONTRO INTERNACIONAL

Professores e sindicatos reunidos em Lisboa

Para reflexão e debate, entre outros temas, sobre «o papel dos professores e das suas organizações na criação de uma nova ordem económica e internacional» abre hoje em Lisboa e prolonga-se até ao dia 26, na Fundação Calouste Gulbenkian (auditório 2) um Encontro Internacional de Professores onde estarão presentes as duas maiores organizações sindicais do sector em todo o mundo: a FISE, central, que representa cerca de 18 milhões de membros, e a CMOPE, com perto de 8 milhões. A iniciativa pertence ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, à Central do Ensino do Quebeque (Canadá) e ao Sindicato Nacional do Ensino Secundário de França.

Entretanto, a Federação Nacional dos Professores protestava contra a decisão governamental de transferir «para os municípios, em 1984, novas competências nos domínios do ensino primário e da acção so-

cial escolar». Manifestando o seu «desagrado por, perante propósitos de tal monta, os professores, através das suas organizações representativas, não terem sido ouvidos ou sequer informados», a Federação considera que «o Governo pretende «alijar a carga», no que concerne à educação e ao ensino, ao transferir para as autarquias competências para as quais a grande maioria não está preparada no aspecto técnico e sobretudo financeiro».

Nun comunicado subscrito pelo Secretariado Nacional, a Federação alerta «todos os professores para a gravidade da situação» e lembra-lhes que é «junto das suas organizações sindicais representativas que devem esclarecer-se e iniciar possíveis formas de luta».

A Federação dirige-se em particular aos «professores do ensino primário, já por várias vezes referido como o parente pobre» do ensino, que nova-

mente se verá discriminado, se o Governo concretizar essas medidas.

Saídas para os jovens

Sobre formação profissional para os jovens, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa emitia entretanto um comunicado onde, além de marcar a realização de um colóquio sobre o assunto (dia 16), se propõe lançar «entre os professores o debate sobre esta matéria», que constitui «um dos factores de desajustamento do sistema educativo português».

Presentemente, nota o Sindicato, «o Ministério da Educação propõe-se lançar os chamados «ensino técnico-profissional» e «ensino profissional», enquanto que o Ministério do Trabalho «coloca em discussão um projecto de lei da aprendizagem».

A intenção do Governo, nos

moldes em que foi lançada pelo ME, escamoteia, «cuidadosamente» segundo o SPGL, «a apreciação e o debate com os professores e com os Sindicatos, que frequentemente têm protestado contra a falta de saídas profissionais para os jovens. Falando de análise e debate sobre esse assunto, o SPGL cita designadamente a discussão em que participou sobre a lei de bases do sistema educativo, as conclusões do seu primeiro Congresso (1981) e o Plano de Acção da FENPROF (Federação) aprovado no Primeiro Congresso Nacional dos Professores (1983).

Professores e emigração

«É escandaloso que o Governo tenha já um atraso de 17 meses na publicação da tabela salarial dos professores na emigração», salientava, entre-

tanto, o Sindicato dos Professores na Europa. Em vez dos novos salários, que deviam vigorar desde Janeiro findo, se fosse cumprido o Decreto-Lei 519-E/79, os professores na emigração recebem actualmente um salário líquido inferior ao de 1981, sublinha o Sindicato, revelando que o ministro da Educação «deslocou-se duas vezes a França nos meses de Outubro e Novembro, tendo aí permanecido vários dias» sem contacto com os docentes portugueses, «tendo-se mesmo esquivado a receber um grupo de professores contratados e tendo cancelado um encontro com professores que chegou a estar previsto em Estrasburgo». Não bastam palavras, lembra ainda o Sindicato. «São precisas acções práticas para a resolução dos problemas» que se levantam às comunidades portuguesas emigradas, sobretudo na Europa, frisa ainda o Sindicato dos Professores emigrados.

Docentes emigrados com salários de 1981



«Aqui se faz o melhor azeite do mundo!». É fala de monferteiro, gente de amanhã de terras que muito pouco vende além-freguesia mas vai cuidando o milho, o feijão, a batata e a fruta que bastam para as 300 casas de Monforte. Ali se abrigam, na sua maior parte (os filhos labutando ainda noutras paragens) homens e mulheres com mais de 50 anos ex-emigrantes em França ou na Alemanha. Ou em Lisboa — como João Nunes, que acabou aos 23 anos analfabeto e se fez serralheiro, depois fogueiro, maquinista e chefe maquinista da CP. Que se fez também comunista. E que um dia, regressado a Monforte, achou que à sua terra devia devolver o que aprendera e ganhara com a vida. Foi eleito pela APU presidente da Junta, e Monforte precisa que o seja de novo.

dência da Junta de Freguesia, como partido mais votado. Com a «maior maioria» e o «bloco central» à vista, a guerrazinha entre o CDS da Câmara e o PPD da Junta depressa deflagrou. A Junta acabaria por demitir-se — e às eleições marcadas para domingo apresentaram-se três listas: a APU, o CDS e o PPD. Fiel, o PS apagou-se em favor do seu parceiro de coligação.

Ao contrário, em Marco de Canavezes — a única Câmara para que estão marcadas

tualmente com 3 mandatos) em minoria e a Câmara sem quorum.

A APU — que tem aliás no concelho (na Junta de Santo Isodoro, a que preside), um bom exemplo do que pode fazer — reivindica a posição de a única força que não está comprometida nas manobras e irregularidades que se têm verificado dentro da Câmara, a única que firmemente as tem combatido, «a única que tem competência, capacidade de diálogo e honestidade para

maioria APU, em plena terra beirã que a reacção sonhou que poderia ser seu eterno território, foi quase logo após a tomada de posse dos órgãos autárquicos considerada um espinho pela AD (com predomínio PSD) e pelo PS, que obtiveram em Dezembro 158 e 123 votos, respectivamente, contra os 224 votos que deram à APU a maioria, embora relativa. O Plano de actividades foi aprovado pelo executivo, e o presidente APU, João Nunes, embora colocado em estrita mi-

lha confiaram o voto: «o presidente da Câmara, Luís Monterroso, do PS, toma atitudes autoritárias e à margem da legalidade democrática, pisando os direitos dos cidadãos, esquecendo-se de que o Portugal de Abril existe e que atitudes como as que toma, se jamais calaram a voz do PCP e do povo no passado, não a calam hoje nem a calarão no futuro». Em vez de «andar à caça às bruxas» — continua a Comissão Concelhia — bom seria que Luís Monterroso resolvesse os problemas da Nazaré conforme prometeu ao eleitorado...»

Trabalhadores

JORNADA NACIONAL DE PROTESTO

«Envolvendo largamente mais de um milhão de trabalhadores» — afirma a CGTP-IN

As acções atingiram amplitude e dimensão que ultrapassaram as previsões

Ao destacar «uma significativa adesão de milhares de trabalhadores de pequenas e médias empresas» no primeiro balanço global que publicou no próprio dia das acções de massas que caracterizaram a Jornada Nacional de Protesto de quinta-feira passada, a CGTP chama a atenção para as várias formas assumidas nesse dia pelo protesto nacional e assinala que, «em várias regiões, alguns patrões de pequenas e médias empresas facilitaram a concretização das acções dos trabalhadores e manifestaram a sua disposição de encontrar as formas menos onerosas de pagamento do imposto dos 28 por cento sobre o 13.º mês». Não sendo o mais relevante da jornada este seu aspecto merece algum destaque pelo que significa em termos de alargamento da recusa deste Governo e desta política a camadas da população que não participam geralmente nas acções de massas convocadas pelo movimento sindical. Abrangendo a Madeira e os Açores e, embora a RTP tenha dedicado apenas «um minuto a mais de um milhão de trabalhadores em luta» — conforme protesto entretanto divulgado pela Inter — a Jornada Nacional do dia 17 cobriu praticamente todo o País e todos os sectores de actividade.

As formas de luta foram desde de uma pequena reunião de esclarecimento (para novas lutas) até às concentrações, paralizações, distribuições de folhetos elucidativos, entrega de documentos a entidades públicas, plenários em grandes empresas tanto no decorrer da Jornada, como antes e depois, sobretudo naquelas onde mais se faz sentir a falta dos salários e a ameaça sobre o emprego.

Jornada foram sem dúvida as de Lisboa, Setúbal, Porto, Évora, Beja, Leiria, Figueira da Foz, Marinha Grande, Faro, Castelo Branco e Fial. Nesta ilha da Região Autónoma dos Açores, foi criada uma comissão de luta, formada por 19 organizações sindicais, que promoveu 27 plenários em locais de trabalho envolvendo cerca de 500 trabalhadores. «Mesmo aqui na Região existem empresas que atrasam

deliberadamente o pagamento dos salários como forma de movimentarem os dinheiros correspondentes», dizia entretanto na Assembleia da Região Autónoma da Madeira, o deputado Mário Aguiar do grupo parlamentar do PCP que referiu como «especialmente afectados (pelos salários em atraso) os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores da Matur/Atlantis». Mas «muitos outros casos há de não pagamento Ude salários ou de atrasos sistemáticos neste pagamento» frisou ainda Mário Aguiar. A sua intervenção inscreveu-se na luta já anunciada para o dia 17 e que, a par, como se sabe, do protesto contra o roubo do 13.º mês, incluía outras reivindicações, com destaque para o direito a receber pelo trabalho prestado os salários em atraso e a normalizar o seu pagamento de acordo com as leis.

Segundo a CGTP-IN, as paralizações atingiram «a generalidade dos sectores de actividade». Transportes, EDP, CP (principalmente na Figueira da Foz e Campanhã, no Porto), mineiros (em Beja do total de 665 paralisaram 644), comércio, metalurgia e metalomecânica, material eléctrico,

conservas, calçado, química, pescadores.

No Distrito de Lisboa houve 16 grandes concentrações. No Porto, mais de 70 empresas de alguns sectores já mencionados responderam ao apelo da CGTP-IN. Houve 121 plenários e reuniões de empresa em que participaram várias dezenas de milhares de trabalhadores, aprovando moções de repúdio pelo roubo do 13.º mês. No Porto ainda como em Lisboa, Setúbal e outros distritos do País, o protesto, longe de abarcar apenas os sectores operários mais atingidos pela política deste Governo, alargou-se ao sector dos serviços. Função Pública, administrativos, marinha mercante, aduaneiros, entre outros trabalhadores, participaram nas várias formas de luta integradas na Jornada.

De registar por último que as características das acções coordenadas para o dia 17, para lá dos seus objectivos específicos, escrupulosamente respeitados, apontavam para a preocupação, bem caracterizada, por exemplo, pela Federação dos Transportes (FESTRU) ao estabelecer um horário de paralisação num período do dia que «não afectasse significati-



Marinha Grande



Amadora



Lisboa (Rossio)



Amadora



Setúbal

vamente o público utente». O que sucedeu com os transportes e designadamente com a Rodoviária Nacional,

viu-se também em outros sectores. As formas de luta, embora de objectivos nacionais, tiveram características muito pró-

prias, mas contribuíram com o seu peso para o reforço da unidade e esclarecimento necessário para desenvolver e alar-

gar a luta por outra política e por um governo capaz de a levar a cabo, no interesse de todo o País.

Função Pública

Marcados para hoje desfiles em Lisboa e Porto

• Dirigentes em Tribunal

Com um desfile já marcado para hoje, pelas 18 e 30, entre o Marquês e São Bento, prosseguia anteontem ao fim da tarde, no Tribunal de Polícia em Lisboa, o julgamento dos 23 dirigentes sindicais da Função Pública, incluindo professores, detidos no dia 9 deste mês, durante uma vigília em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Segundo a Comissão Negociadora Sindical da Frente Comum da FP, que emitiu um comunicado sobre a reabertura do julgamento no dia 22, fora entretanto marcada para o dia seguinte «uma reunião com um membro do

Governo» no Palácio das Laranjeiras, «tendo o secretário de Estado da Administração Pública apenas agendado o projecto do Governo sobre negociação colectiva, já vulgarmente conhecido entre os trabalhadores como «imposição colectiva» por parte do Governo e não como negociação aceite por ambas as partes.

A acusação em tribunal contra os dirigentes continua a basear-se na discriminação que se pretende exercer sobre trabalhadores constitucionalmente abrangidos pelos mesmos direitos que assistem aos outros. «Desobediência» e «manifesta-

ção» constam dos autos, quando não houve nem uma coisa nem outra. Não era a primeira vez que se faziam vigílias diante de edifícios públicos e, como é sabido, o próprio Primeiro-Ministro autorizara, até com a sua presença, uma dessas acções empreendidas anteriormente, neste caso pelo Sindicato dos Jornalistas.

Há cinco meses sem audiência

A luta dos trabalhadores da Função Pública pelo reconhecimento e prática dos seus direi-

tos constitucionais começa a dar frutos. Pelo menos o facto de anunciarem que a Frente Comum é recebida pelo secretário de Estado da Administração Pública, após mais de cinco meses sem uma audiência com alguém com poderes para decidir, pode ser um passo no caminho da negociação das 12 medidas urgentes para a Administração Pública, que as organizações representativas do sector no campo sindical reivindicam urgentemente.

Essas 12 medidas, às quais o «Avante!» se referiu por diversas vezes, incluem designadamente e além do direito à negociação colectiva nos termos constitucionais, as questões relacionadas com as tabelas salariais, os vínculos (em numerosos casos muito precários) dos trabalhadores para com a Administração e as suas carreiras, o direito a férias para todos, a equivalência de subsídios e (com relevo bastante dados os tempos que correm) o direito ao trabalho, a recusa

dos despedimentos com os quais os vários «pacotes» PS/PSD ameaçam grande número de trabalhadores do sector.

Reunião no Porto

Reunida em plenário no Porto, a Frente Comum (30 sindicatos representativos dos vários ramos da FP) aprovava entretanto em plenário uma importante resolução defendendo o direito à negociação colectiva e considerando nefasta a política económica e financeira do Governo PS/PSD. O documento aprovado no dia 17 no Porto refere nomeadamente que a política fiscal deste Governo é injusta e o seu peso atinge sobretudo os trabalhadores. Entre outras acções, integradas na Jornada Nacional de Protesto da última quinta-feira, o plenário da FC da Função Pública convocou para hoje, 22, uma concentração de trabalhadores do sector, na Praça da Batalha, no Porto.

Marcada para hoje Concentração em São Bento

• Nova acção em defesa do emprego e das nacionalizações

As organizações representativas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado (SEE) voltam hoje a concentrar-se em São Bento. Os objectivos desta iniciativa, no seguimento do Encontro efectuado no dia 8, centram-se na «defesa e dinamização das empresas públicas, nacionalizadas e participadas». O combate à abertura da banca ao capital privado e à «política contida no Orçamento do Estado e nas Grandes Opções do Plano para 1984» fazem parte também dos objectivos da concentração para a qual a Comissão Coordenadora do sector apela à participação dos trabalhadores a partir das 17 horas.

«A crise não se resolve com mais desemprego, menos produção, menor procura, piores condições de vida. A crise resolve-se com melhor aproveitamento dos recursos nacionais, mais produção e mais investimento», lembra a Coordenadora do SEE. Sublinhando que os trabalhadores desse sector «não podem ficar indiferentes ao que os documentos em discussão na Assembleia da República» representam «para as suas vidas, para as suas famílias e para as suas empresas», a Coordenadora acrescenta que o Governo prevê a descida dos salários, propõe-se subir os impostos, defende o aumento dos preços, agrava a situação das empresas nacionalizadas.

A Coordenadora das organizações representativas dos trabalhadores do SEE, que considera «inconstitucional e anti-económica» a decisão de «abrir ao capital privado a banca e

outros sectores básicos da economia», chama a atenção para «a carta de intenções do FMI, plano de fundo do OE e das GOP», que está subjacente à «política de dependência e submissão do Governo», e faz incidir sobre «os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população» os custos da crise que, com esta política e este Executivo, se aprofundará.

Recorda a CGTP que a iniciativa promovida pelas ORT's do SEE coincide com a discussão na AR do Orçamento do Estado e Grandes Opções do Plano para 1984. Esses documentos prevêm um vasto conjunto de restrições ao investimento no sector público que poderão conduzir a «estrangulamento absoluto de muitas empresas do sector».

Distrito de Évora INICIATIVAS PARA SÁBADO

• Contra o desemprego • Contra as terras ao abandono

No próximo sábado, numa concentração marcada para as 14 horas na Praça da República, em Montemor-o-Novo, os trabalhadores agrícolas vão manifestar-se «pelo direito ao trabalho, contra as terras abandonadas e subaproveitadas, por uma política democrática e nacional, ao serviço do povo e do País». Convocada também como a anterior pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, decorrerá no mesmo dia 27, com início às 10 horas, no Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, o III Encontro das Operárias Agrícolas do Distrito de Évora.

O Sindicato apela à participação de todos os trabalhadores. Numa altura em que mais de 5500 trabalhadores agrícolas, homens, mulheres e jovens estão desempregados, só no distrito de Évora, a unidade é indispensável.

Refere o Sindicato, em comunicado do dia 7, que «em várias vilas e aldeias, como por exemplo Campinho, S. Marcos, Montoito, Monte do Trigo, Portel, Alqueva, Santana de Portel, Viana e Alcáçovas, estão famílias inteiras desempregadas há quatro e cinco meses».

Sublinha ainda o Sindicato de Évora: «Milhares destes trabalhadores não têm nenhum rendimento para sobreviver, porque o subsídio de desemprego apenas abrange cerca de 40 por cento desses trabalhadores, e agora, com o Decreto-Lei 297/83 mais desempregados vão ficar sem subsídio».

O Governo PS/PSD alterou esse prazo para 180 dias.

Em contrapartida e citando ainda o Sindicato de Évora, «o Governo nada faz a dezenas de herdeiras que estão abandonadas». No distrito, «este ano, cerca de 90 barragens e charcos não foram aproveitados». Com essa água «podia-se ter produzido milhares de quilogramas de arroz, tomate, feijão, batata» e outros produtos.

«Actualmente — acrescenta o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora — duzentas herdeiras estão abandonadas ou subaproveitadas». Podiam estar a «produzir trigo, carne, leite».

O desemprego tem solução

O Sindicato e a União dos Sindicatos locais, que participaram activamente na Jornada Nacional de Protesto do dia 17, reafirmam que «o desemprego tem solução». Acusando a política e o Governo de prosseguirem com «a miséria e a fome», o Sindicato avança soluções como:

- Não permitir terras abandonadas ou subaproveitadas;
- Que sejam retiradas as terras aos agrários que não as cultivam, entregando-as aos agricultores com pouca terra ou sem ela;
- Que se cumpram os preceitos constitucionais, garantindo às UCPs/Cooperativas e aos pequenos e médios agricultores o apoio técnico e financeiro necessário;
- Que sejam revistos todos os casos de ilegalidade acerca da Reforma Agrária;
- Que seja seguida uma política democrática com base no desenvolvimento e apoio à agricultura;
- Que sejam utilizados todos os recursos naturais;
- Que se aproveitem as terras de regadio e se introduzam novas culturas.

Salários atrasados

Averiguava entretanto o «Avante!» que no distrito de Évora entre despedimentos, salários em atraso e por pagar, em médias empresas de vários ramos (metalurgia, comércio, mármore e indústria alimentar) havia este mês 659 trabalhadores atingidos, designadamente nas empresas Coagro, Viúva Serafim Henriques, J. Lopes Branco, B. Russo, Fransina, Arquimínio Cealro, Gelmar, Emílio Ramos, Atlas-Coppo (Vila Viçosa), J. Ribelro, Divor (Arraiolos), Fore, Mário Vital e Marduque.

Contratação parada afecta 900 mil trabalhadores

A CGTP-IN, que analisou recentemente em plenário de Federações a situação da contratação colectiva e a situação social nas empresas, concluiu que há «mais de 900 mil trabalhadores com contratos colectivos bloqueados pelo Governo e pelo patronato». No domingo, reafirmando que «em oito audiências pedidas desde Julho passado sobre problemas de contratação o Ministério do Trabalho não respondeu a nenhuma», a Central decidia para terça-feira, 21, efectuar nova diligência junto daquele Ministério, deslocando-se aí os dirigentes das Federações a fim de «protestarem contra a política de contratação do Governo e exigir o imediato desbloqueamento dos contratos colectivos de trabalho».

Entretanto, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços divulgava uma lista de portarias de extensão (PE) há mais de cinco meses a aguardar publicação: «prática já por diversas vezes utilizada pelo poder para prolongar o tempo de vigência das tabelas salariais», sublinha a FPSCS.

As PE a que se refere a Federação do Comércio baseiam-se «em contratos livremente negociados entre sindicatos e associações patronais». Mas, aplicando-se nos casos mencionados pela FC a «empresas

não filiadas naquelas associações», a demora do Ministério acaba por se transformar num incentivo ao patronato para fugir cada vez mais ao cumprimento das convenções colectivas de trabalho.

As revisões contratuais a que as PE dizem respeito foram publicadas entre 15 de Junho e 22 de Setembro, abrangendo cinco contratos colectivos de trabalho: Grossistas Têxteis (abrangidos pela PE há 21 meses com os mesmos salários); Drogas Norte (idem, há 20 meses); Armazenistas de Papel (idem, há 18 meses);

Grossistas de Materiais de Construção (idem, há 16 meses).

Profunda deterioração

As Federações, cujos dirigentes foram novamente ao Ministério do Trabalho «procurar resolver os problemas pela via do diálogo», verificaram no plenário de 10 do corrente «uma profunda deterioração da situação social e uma tendência para o agravamento dos conflitos colectivos de trabalho, decorrentes da política do Governo e da actuação do patronato».

Depois de sublinharem «o elevado número de processos de contratação colectiva em situação de impasse, abrangendo mais de 900 mil trabalhadores», as Federações acusam o patronato de, em alguns casos, se recusar aberta e expressamente à própria negociação.

As Federações, estruturas intermédias da CGTP-IN para os grandes ramos de actividade económica, acentuam, ainda no campo das responsabilidades:

• A do Ministério do Trabalho nos principais conflitos, destacando-se a recusa do diálogo;

• A falta de resposta aos pedidos de reunião das Federações;

• O não funcionamento da conciliação, «transformada em mera formalidade para ouvir as partes, fazer a acta e encerrar os processos»;

• Acções dilatórias do tipo «a solução é uma PRT» (portaria de regulamentação de trabalho) que nunca mais é publicada;

• A falta de intervenção e de eficácia da Inspeção do Trabalho para com os atrasos no pagamento dos salários e outros problemas dos trabalhadores.

Actualizar os salários

A actualização dos salários é realçada entre os resultados da luta entretanto desenvolvida pelos trabalhadores. As Federações chamam a atenção para os objectivos das lutas desenvolvidas com êxito, designadamente as «acções reivindicativas a nível de empre-

sa», bem como para «a vigência efectiva de 12 meses» das tabelas salariais e outras remunerações, «num número significativo de processos»; para a reposição da legalidade através da luta, «em casos de violação do direito de contratação colectiva»; para a «eliminação de situações de discriminação salarial e outras», como resultado da acção sindical; para «o pagamento dos salários em atraso no seguimento das lutas, ou o estabelecimento de acordos para o seu pagamento num período determinado»; e, por último, para «a defesa em geral de direitos dos trabalhadores, em particular os que são consagrados nas convenções» — designação genérica que cobre os vários tipos de contratação.

As Federações, ao reafirmarem a sua disposição de diálogo para resolver os conflitos, conseguem desbloquear os processos de revisão e regularizar os salários em atraso, responsabilizam «exclusivamente» o Governo pelas situações existentes. «Ou o diálogo ou a luta — a opção cabe ao Governo, dizem os sindicalistas», segundo a CGTP.

Internacional



Fascismo turco divide Chipre com o apoio dos EUA

A hipocrisia da administração Reagan prestou de novo provas a semana passada manifestando surpresa e decepção pela declaração de independência da autodenominada «República Turca do Norte de Chipre».

Uma surpresa tão convincente como a manifestada pela própria ditadura turca, que se apressou a reconhecer a nova «república».

Como é do conhecimento geral, a Turquia ocupa ilegalmente desde 1974 cerca de 37 por cento do território de Chipre, onde mantém 40 mil soldados turcos. É nesta zona ocupada quase há dez anos que se encontram as bases militares aero-navais britânicas de que os norte-americanos se servem diariamente. Cabe assim perguntar como é que a declaração de «independência» feita no dia 15 por Rauf Denktaş, dirigente da Assembleia da Comunidade Cipriota Turca, íntimo colaborador das forças ocupantes, poderia surpreender os que criaram as condições para que tal sucedesse? Mais, como é que num território ocupado e controlado por tropas estrangeiras, teria sido possível a declaração de

soberania de Chipre, bem conhecido pelas suas posições anti-imperialistas, não-alinhadas e de defesa da paz, está



Testemunhos da ocupação militar turca no norte de Chipre, onde agora se pretende a criação de uma nova «república». Quem poderá duvidar de que forças estão por detrás do tal projecto?

ameaçada. A autoridade da ONU, cujas deliberações a Turquia se atreve a não acatar porque conta com o apoio total

dos países que formalmente condenaram a formação da nova república, a Turquia sairá reforçada deste confronto e não tardará a fazer sentir o peso da sua política agressiva aos países da região.

Quer os casos de repressão registados na Turquia, onde

A resposta à ameaça dos mísseis

Os mísseis estão a chegar à Europa. Mísseis ainda desmontados nas diversas componentes. Mas que desde já confirmam que a decisão da NATO nunca foi «dupla». Os mísseis norte-americanos estão a chegar às bases militares da Grã-Bretanha e de Itália, contra a vontade clara dos povos destes países, e na base da sabotagem sistemática da Conferência de Genebra. Trazendo consigo a marca da prepotência norte-americana, das verdadeiras pretensões de domínio imperialista, que se outorga a si próprio o direito de carregar no botão nuclear para que mísseis seus, instalados longe das suas fronteiras, possam concretizar a obra destruidora contra a comunidade socialista, acarretando com isso também a destruição dos países europeus que a NATO marcou como reféns de guerra. E a sua própria.

Mas enquanto o fim do ano destinado pela NATO para nova escalada na corrida aos armamentos se aproxima, aperta-se o cerco de um movimento impar de massas, que a própria lógica dos factos está a imbuir, de forma crescente, de uma carácter anti-imperialista.

Vinte milhões de pessoas saíram à rua, só no ano de 82, para exigir dos governos do mundo capitalista uma política de Paz, para manifestar a sua recusa da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa.

Membros da Câmara dos Representantes e do Senado dos Estados Unidos pediram a semana passada ao presidente Reagan que adie a instalação dos *Cruise* e dos *Pershing-2*.

Não se passa um dia sem que novas manifestações de massas marquem, na rua, a recusa frontal da escalada armamentista. Algumas das bases militares destinadas à instalação dos novos mísseis estão permanentemente cercadas de grupos de manifestantes. A exigência de vida é inequívoca.

consciência dos perigos imensos que corremos.

Mas vale a pena também salientar o outro lado deste facto, concretamente as preocupações geradas nos EUA pela passagem de «O dia seguinte» no pequeno écran. Assim, a emissão do filme foi acompanhada de um debate, ou melhor dizendo, de uma sessão de contrapropaganda, com a participação do ex-secretário de Estado Kissinger e do secretário de Estado Schultz.

Colocava-se paralelamente a questão de se os telespectadores conseguiriam suportar a visão do pesadelo que seria um holocausto nuclear — ao que parece não se manifesta a mesma preocupação pela sua consumação de facto!

Por cá, a imprensa de direita alinhava com as preocupações de Washington, e «O Dia» comentou mesmo: «A Casa Branca receava que esta emissão, cuja difusão coincidiu com a recente chegada dos primeiros mísseis de «Cruiseiro» à Grã-Bretanha, reavivasse as preocupações com uma próxima guerra nuclear em virtude da política de rearmamento do presidente Reagan». Assim mesmo, preto no branco...

«O dia seguinte» Significativas preocupações

A cadeia de televisão norte-americana ABC, acaba de passar um filme sobre as consequências — terríveis — de uma guerra nuclear — «O dia seguinte». O cálculo da audiência a este filme é elevadíssimo — 5 em cada 7 famílias — audiência que irá ainda ser ampliada pela sua programada exibição em diversos locais do país, da iniciativa do movimento da Paz nos Estados Unidos.

Em termos gerais, não podemos deixar de considerar a simples passagem deste filme pela ABC, como um sintoma das proporções assumidas pelo movimento contra a corrida aos armamentos e pela

Crescente consciência dos perigos e das causas

Granada foi um alerta. Não é por acaso que o silêncio pesa sobre a pequena ilha, ainda há pouco um Estado independente e progressista. Como se nada se tivesse passado. Porque a verdade é que para quem não quiser fechar obstinadamente os olhos, está aí a prova claríssima de para quem pretendem os EUA a supremacia militar. Quais seriam as consequências para os povos de tal impossível supremacia.



América Latina A estratégia de guerra dos Estados Unidos

Parece-me indispensável que o nosso Estado-Maior estabeleça «planos de contingência» para o caso de sermos forçados a intervir para meter na ordem alguns regimes do nosso hemisfério Sul, afirmava William Clark num relatório apresentado no Verão passado ao Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos. Esses planos estão prontos, foi a resposta sucinta do secretário da Defesa, Caspar Weinberger.

Não muito depois Granada foi invadida. E porque não Cuba ou a Nicarágua? A resposta foi dada numa outra reunião do Conselho de Segurança dos EUA, convocada por Reagan e que durou mais de nove horas: Cuba apresenta muitos obstáculos a vencer, nomeadamente a mobilização do povo cubano em armas em quase permanente estado de alerta; quanto à Nicarágua foi considerada prematura qualquer acção directa, porque é preciso dar tempo aos anti-sandinistas para prosseguir a desestabilização do país. Nós só interviremos no caso de eles falharem.

E eles, os anti-sandinistas, estão a falhar. Daí que paralelamente ao crescente fornecimento de todo o tipo de armas aos países reaccionários da região, ao ressuscitamento do denominado Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA), comecemos a surgir na imprensa cada vez com maior frequência declarações de representantes norte-americanos

sobre a «inevitabilidade» da invasão da Nicarágua.

Nos últimos dias foi a vez do embaixador dos EUA na Costa Rica, Curtin Windsor, afirmar que tal invasão não é impossível, pois os Estados Unidos não podem viver com um regime marxista-leninista subversivo e activo na região. Falando ao jornal «La Nación» o diplomata frisou o empenho da administração Reagan em levar os dirigentes da Nicarágua a regressarem às intenções e aos ideais originais da revolução.

Sem explicar com que direito os EUA se substituíam ao povo nicaraguense na interpretação desses ideais, Windsor deixou claro que para alcançar tal objectivo devemos persuadir e utilizar também a pressão. Se tal não resultar, disse, é possível que tenha de se fazer algo mais.

Como afirmou a propósito da invasão de Granada o senador Kennedy (quem sabe se recordando os erros do irmão na tentativa de invasão de Cuba e



Esta uma das componentes do carácter que o movimento da paz — pela sua própria natureza e dinâmica — vai assumindo.

Cresce simultaneamente a preocupação de que Genebra é encarada como uma farsa pelos EUA. O início da colocação dos mísseis na Europa, constituem um desafio à União Soviética e à comunidade socialista, e retiram do facto conteúdo e bases ao diálogo.

Contrariamente ao que pretendem fazer crer dirigentes da Casa Branca e da NATO, a pressão da corrida aos armamentos não leva a União Soviética a ceder (não se pode negociar a paz a partir de posições de força...). Pelo contrá-

rio, leva a comunidade socialista a dar uma resposta adequada no plano dos armamentos.

Reafirmando de forma bem explícita esta posição soviética, o general Ustinov, ministro da Defesa da URSS, declara em artigo no «Pravda»: «Caso os mísseis norte-americanos sejam estacionados na Europa, abdicaremos da nossa moratória sobre a instalação de mísseis de médio alcance SS-20 na zona europeia. De acordo com os nossos aliados, serão colocados meios suplementares como contrapeso ao crescente potencial dos armamentos nucleares da NATO na Europa. Ao mesmo tempo serão aplicadas medidas de resposta adequada, visando o território

dos próprios Estados Unidos, de modo que os norte-americanos sintam, inevitavelmente, a diferença entre a situação existente antes e depois da instalação dos seus mísseis na Europa ocidental».

A consciência do verdadeiro carácter dos factos que estamos a viver, poderá dar um impulso maior ao movimento da paz e levá-lo a pôr em cheque os promotores da guerra, com consequências que certamente nunca entraram nos seus cálculos.

Esse inevitável risco dos que pretendem o domínio do mundo, desprezando a vontade dos povos, a sua capacidade de fazer frente e conjurar esta perigosa ameaça à Paz.

SPD diz NÃO aos mísseis

Enquanto se travava no Bundestag (Parlamento da RFA), um debate — decisivo — sobre a instalação dos mísseis nucleares norte-americanos, em Bona, o movimento da Paz convocava um simbólico «Parlamento da Maioria», certamente muito mais representativo da vontade do povo oeste-alemão. Simultaneamente, em Colónia, em congresso extraordinário dedicado à questão fulcral dos mísseis, o SPD, partido social-democrata, dava o seu inequívoco NÃO à instalação dos mísseis, o que em termos práticos se traduz num assinalável reforço e alargamento do grande movimento da Paz na RFA.

Faça à posição maioritária do Congresso, apenas 15 votos contra. Quinze votos que incluem o do ex-chanceler Helmut Schmidt que, recordemos, recorreu em tempos à ameaça de demissão para impedir posições idênticas às agora assumidas pelo seu partido, com peso determinante na Internacional Socialista.

Factos que testemunham de uma evolução — relativamente rápida — da consciência dos mais diversos e amplos sectores, contra a guerra, contra a corrida aos armamentos, contra os no-

vos mísseis nucleares norte-americanos na Europa.

Porque é que estes factos são tão importantes?

O grandioso movimento pela Paz na RFA — e os resultados do congresso extraordinário do SPD, aliás intimamente ligados à envergadura de tal movimento — não assumiu por acaso tais proporções. Reflete a particular situação da RFA — o papel que se pretende atribuir-lhe. O que mais reforça a importância do seu desenvolvimento.

Concretamente está prevista, para território oeste-alemão, a instalação dos 112 mísseis «Pershing 2», sendo os 460 «Cruise» repartidos por mais quatro países da NATO. Os «Pershing» são armas de primeiro golpe, particularmente perigosas pela sua rapidez (podem atingir um alvo num país socialista em pouco mais de cinco minutos) e precisão.

Armas de primeiro golpe que se iriam somar a um arsenal já de imensas proporções.

Segundo o «livro branco»

do governo da RFA, de 1979, 50% das forças terrestres da NATO na Europa central, 30% das forças aéreas, 70% das forças navais do mar Báltico, pertencem à RFA.

Dados a que temos que acrescentar ainda outros não menos impressionantes. Também em território da RFA estão cerca de 85% de todas as forças terrestres norte-americanas colocadas fora os EUA, um terço das forças terrestres britânicas, quase o mesmo das forças armadas belgas, para além das tropas francesas, canadianas e irlandesas.

Mais: neste ano de 83, entrou em vigor um acordo assinado entre a RFA e os Estados Unidos, que determina a instalação de um corpo militar adicional norte-americano de 2300 homens, que em caso de «guerra ou de crise» pode saltar para os 93 000.

Assim se pode compreender melhor qual o papel atribuído pela NATO à RFA e, por reflexo, o porquê de um imenso movimento da Paz e dessa exigência fundamental de todos os comunistas alemães de que nunca mais uma guerra parta de território da Alemanha.

Telegrama ao AKEL

O Secretariado do CC do PCP enviou ao Comité Central do AKEL (Partido Comunista de Chipre) o seguinte telegrama:

Condenando firmemente proclamação autodenominada «República Turca Norte Chipre», reafirmamos nossa activa solidariedade luta comunistas patriotas povo cipriota defesa independência unidade integridade territorial sua pátria.

independência sem o apoio dessas mesmas tropas?

Como denunciou o secretário-geral do Partido Comunista Cipriota (AKEL), os inimigos de Chipre desejam a divisão do Estado e querem fazer da ilha um porta-aviões dos Estados Unidos e da NATO. No fundo, institucionalizar uma situação que já existe de facto desde Julho de 1974, aquando da invasão da parte norte da ilha.

A comprová-lo, revela o jornal cipriota «Kharavgi», estão os efectivos militares norte-americanos e armas e munições diariamente transportados por helicópteros da base britânica de Akrotiri para o Líbano. Ainda segundo o mesmo jornal, aquela base figura nos planos imperialistas como o ponto de partida para um ataque de grande envergadura que os Estados Unidos preparam contra as forças nacionais progressistas do Líbano.

Não menos reveladora é a posição assumida pela NATO que considera que a evolução da situação na ilha não é da sua alçada e portanto se recusa a tomar qualquer posição... de momento. Isto não obstante a Grécia, a Grã-Bretanha e a Turquia, países responsáveis perante a ONU pela garantia da soberania de Chipre, serem membros da NATO.

Condenada internacionalmente e apenas reconhecida pela Turquia, a nova «república» surge no momento demasiado crítico da vida política mundial. O agravamento dos conflitos no Médio Oriente, a instalação dos novos mísseis nucleares na Europa e o aumento da política agressiva norte-americana, de que a invasão de Granada é testemunho, levam a esperar que a formação de uma república fantoche enfeudada aos interesses imperialistas constitua não só mais um foco de tensões como uma ameaça real à paz na Europa.

dos Estados Unidos, foi mais uma vez posta em causa. E se nada de concreto for feito pe-

Denunciando, condenar e tomar medidas que obriguem o imperialismo norte-americano e os ditadores seus aliados a recuar torna-se cada vez mais um imperativo de todos os povos.

Hoje é já a Europa que se vê a braços com a sua política agressiva. Há que tomar medidas concretas antes que seja demasiado tarde!

Nota do Secretariado do CC do PCP

1. O acto de pretensa declaração unilateral de independência da parte norte da ilha de Chipre, desde Julho de 1974 militarmente ocupada pela Turquia (país membro da NATO), representa um gravíssimo atentado contra a unidade, a soberania, a integridade territorial e a independência da República de Chipre, em ostensiva violação dos direitos inalienáveis do seu povo e em desrespeito frontal por numerosas decisões da comunidade internacional e designadamente da ONU sobre a questão cipriota.

2. Trata-se de uma operação obviamente inspirada e comandada pela ditadura militar turca, que visa prolongar a ocupação ilegal de cerca de um terço do território da ilha de Chipre, consumir a ilegítima e artificial divisão de Chipre e transformar aquela ilha numa plataforma de agressão imperialista contra as forças progressistas e patrióticas e contra países daquela região.

3. Este acto inscreve-se claramente na política imperialista de agravamento dos focos de tensão e de guerra à escala regional e internacional e tem lugar no preciso momento em que o imperialismo norte-americano tem concentradas na região poderosas forças aeronavais e ameaça, em conluio com os sionistas de Israel, com nova escalada agressiva contra os povos palestinos e libaneses e contra a própria Síria. No contexto europeu, esta iniciativa da ditadura turca não pode ainda ser desligada da aceleração dos preparativos para a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos.

As hipócritas declarações emitidas pela administração Reagan visam encobrir o facto essencial de que esta escalada contra a unidade e independência de Chipre só foi e é possível graças ao activo e constante apoio prestado pelo imperialismo norte-americano à ditadura turca.

4. Condenando firmemente a tentativa comandada pela ditadura turca de instaurar um Estado fantoche no território ilegalmente ocupado de Chipre e apoiando as conclusões fundamentais da recente Conferência Internacional de Solidariedade com Chipre realizada entre 21 e 23 de Outubro em Lisboa, o PCP sublinha a necessidade de ser assegurada a aplicação das resoluções da ONU sobre a questão cipriota e manifesta a sua completa solidariedade para com a luta dos comunistas, dos patriotas e do povo de Chipre pela retirada das tropas de ocupação turca, pela garantia de um Chipre unido, independente, soberano, íntegro do ponto de vista territorial, não-alinhado e completamente desmilitarizado.

15.11.83

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

